



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS DE ERECHIM
CURSO DE AGRONOMIA - PRONERA**

MATHIAS CRISTOFF WEBER

**A JUVENTUDE DO ASSENTAMENTO CONQUISTA NA FRONTEIRA, EM DIONISIO
CERQUEIRA-SC: AS RAZÕES PARA SUA MIGRAÇÃO**

**PONTÃO
2018**

MATHIAS CRISTOFF WEBER

**A JUVENTUDE DO ASSENTAMENTO CONQUISTA NA FRONTEIRA, EM DIONISIO
CERQUEIRA-SC: AS RAZÕES PARA SUA MIGRAÇÃO**

Trabalho de conclusão de curso de graduação, apresentado como requisito para a obtenção de grau de bacharel em Agronomia da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Orientador: Prof. Dr. Adalberto Floriano Greco Martins

PONTÃO

2018

Weber, Mathias Cristofp

A JUVENTUDE DO ASSENTAMENTO CONQUISTA NA FRONTEIRA,
EM DIONISIO CERQUEIRA-SC: AS RAZÕES PARA SUA MIGRAÇÃO/
Mathias Cristofp Weber. -- 2018.

66 f.: il.

Orientador: Adalberto Floriano Greco Martins.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
Agronomia, Erechim, RS, 2018.

1. Êxodo rural. 2. Trabalho coletivo. 3. MST. 4.
Assentamento. I. Martins, Adalberto Floriano Greco,
orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III.
Título.

MATHIAS CRISTOFF WEBER

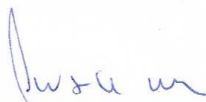
“A JUVENTUDE DO ASSENTAMENTO CONQUISTA NA FRONTEIRA EM DIONÍSIO
CERQUEIRA- SC: AS RAZÕES PARA SUA MIGRAÇÃO”

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de Bacharel em Agronomia da Universidade Federal da Fronteira Sul

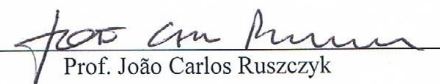
Orientador: Prof. Adalberto Floriano Greco Martins

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em 06/06/2018.

Banca examinadora:



Prof. Adalberto Floriano Greco Martins



Prof. João Carlos Ruszczyk



Profª. Tarita Cira Deboni

Dedico este trabalho a todos os jovens Sem Terra, em especial aos jovens do assentamento Conquista na Fronteira, por fazerem parte de um processo de lutas e conquistas, o qual afrontam diariamente o sistema capitalista e que fazem do seu dia a dia uma constante batalha para este enfrentamento, buscando assim formas de permanecerem no campo na busca da construção de uma nova sociedade.

AGRADECIMENTO

Poder concluir mais esta etapa da vida é sem dúvidas uma conquista muito valiosa e prazerosa. Esta etapa se expressa em sentimento de gratidão ao povo que sabe que, a conquista da terra é apenas o início de uma grande batalha que enfrentaram diariamente de forma incessante na busca de uma sociedade humanamente mais justa para todos.

Assim, agradeço ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, por construir relações com a sociedade que proporcionem aos seus militantes desfrutarem das mais diversas esferas do conhecimento e da busca pela libertação.

Ao Instituto Educar e a Universidade Federal da Fronteira Sul, por dispor às pessoas que de alguma forma foram excluídas da sociedade, o direito de acesso ao conhecimento técnico-científico e a formação de militantes.

Agradecer aos assentados, jovens e velhos, do assentamento Conquista na Fronteira, que na batalha diária demonstram ser possível a construção de um mundo melhor.

Agradecer a minha família que, sempre me apoiou nessa batalha na busca da formação profissional. E que me ensinaram a lutar pelos nossos sonhos, pois somente lutando que nossos sonhos deixam de ser apenas sonhos e passam a ser realidade.

Também agradecer aos companheiros (as) de curso, que durante cinco anos dividimos momentos de alegrias e tristezas, festas e estudos, mas acima de tudo, conhecemos pessoas que estaremos constantemente juntos lutando por um mundo em que as pessoas possam ter o direito de uma vida digna, que possam se alimentar no mínimo três vezes ao dia e com alimentos de qualidade, o que hoje não é realidade. Em especial, agradecer a companheira Jaqueline Mendes, pelo convívio, aprendizado, companheirismo que pode ser compartilhado durante esse período.

Agradecer ao companheiro Adalberto Floriano Greco Martins (Pardal), por dispor de seu tempo e conhecimentos para contribuir na construção deste trabalho.

RESUMO

A luta pelo acesso à terra dos menos favorecidos na sociedade, sempre foi travada com muitos conflitos, muita resistência e muitas dores. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é um, de tantos movimentos que surge como propulsor dessa luta. Assim nascem os assentamentos da reforma agrária e entre um deles, o assentamento Conquista na Fronteira, localizado no município de Dionísio Cerqueira – SC. A dinâmica do trabalho coletivo surge como proposta para quem interessasse morar no assentamento. No decorrer dos anos, muitas pessoas acabaram se desvinculando do assentamento por não compreenderem ou não se adaptarem à organização coletiva e muitas pessoas chegando para integrar o quadro social do assentamento, entendendo o trabalho coletivo cooperado como uma forma de combater a exploração do sistema capitalista no campo sob os camponeses. Neste processo de exploração, os jovens acabam sendo um dos grandes prejudicados por este sistema, que lhes reprimem e influenciam cotidianamente, disseminando uma imagem negativa dos camponeses e principalmente dos jovens rurais. Assim se configura a constante migração dos jovens do assentamento para os centros urbanos, o que se tornou um fator de extrema preocupação dos assentados, pois a continuidade das atividades, estarão em um período não muito distante, sob responsabilidade desses jovens. Desta forma surge a necessidade de estudarmos as razões que a juventude presente no assentamento tem em conseguir se manter no campo e dar seguimento nas atividades coletivas. Com esse propósito, organizou-se uma metodologia para o desenvolvimento da pesquisa, que classificamos dentro do campo descritivo e numa abordagem qualitativa, aonde caracteriza-se como sendo uma pesquisa na esfera exploratória com a pesquisa a campo e pela vivência do pesquisador no cotidiano dos jovens assentados. Os dados obtidos nesse processo, nos apontam alguns déficits na organicidade interna do assentamento, ocasionado assim, o desestímulo de alguns jovens em dar continuidade nas atividades coletivas. Entre os motivos que levam os jovens a sair, podemos citar a renda baixa, dificuldade em acesso à universidade e conflitos geracionais, como os principais motivos para que isso ocorra. Bem como, notamos que parte dos jovens, não se interessam em assumir alguns cargos de responsabilidade da cooperativa, ficando assim um dilema entre as gerações. Por fim, observamos que é necessário que se construa internamente novas relações sociais entre as pessoas, estimulando a participação dos jovens nos processos organizativos e produtivos da cooperativa.

Palavras-chave: Êxodo Rural. MST. Trabalho coletivo. Assentamento.

RESUMEN

La lucha por el acceso a la tierra de los menos favorecidos en la sociedad, siempre ha sido trabada con muchos conflictos, mucha resistencia y muchos dolores. El Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) es uno, de tantos movimientos que surge como propulsor de esa lucha. Así nacen los asentamientos de la reforma agraria y entre uno de ellos, el asentamiento Conquista na Fronteira, ubicado en el municipio de Dionísio Cerqueira - SC. La dinámica del trabajo colectivo surge como propuesta para quien interesara vivir en el asentamiento. En el transcurso de los años, muchas personas acabaron desvinculándose del asentamiento por no comprender o no adaptarse a la organización colectiva y muchas llegando para integrar el cuadro social del asentamiento, entendiendo el trabajo colectivo cooperado como una forma de combatir la explotación del sistema capitalista en el campo bajo los campesinos. En este proceso de explotación, los jóvenes acaban siendo uno de los grandes perjudicados por este sistema, que les reprimen e influncian cotidianamente, diseminando una imagen negativa de los campesinos y principalmente de los jóvenes rurales. Así se configura la constante migración de los jóvenes del asentamiento a los centros urbanos, lo que se ha convertido en un factor de extrema preocupación de los asentados, pues la continuidad de las actividades, estarán en un período no muy lejano, bajo la responsabilidad de esos jóvenes. De esta forma surge la necesidad de estudiar los desafíos que la juventud presente en el asentamiento tiene en lograr mantenerse en el campo y dar seguimiento en las actividades colectivas. Con ese propósito, se organizó una metodología para el desarrollo de la investigación, que clasificamos dentro del campo descriptivo y en un abordaje cualitativo, donde se caracteriza como una investigación en la esfera exploratoria con la investigación a campo y por la vivencia del investigador en el cotidiano de los investigadores jóvenes asentados. Los datos obtenidos en ese proceso, nos apuntan algunos déficits en la organicidad interna del asentamiento, ocasionado así, el desestimulo de algunos jóvenes en dar continuidad en las actividades colectivas. Entre los motivos que llevan a los jóvenes a salir, podemos citar la renta baja, dificultad en acceder a la universidad y conflictos generacionales, como los principales motivos para que eso ocurra. Así como, notamos que parte de los jóvenes, no se interesan en asumir algunos cargos de responsabilidad de la cooperativa, quedando así un dilema entre las generaciones. Por último, observamos que es necesario que se construyan internamente nuevas relaciones sociales entre las personas, estimulando la participación de los jóvenes en los procesos organizativos y productivos de la cooperativa.

Palabras clave: Éxodo rural. MST. Trabajo colectivo. Asentamiento.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|-----------|
| Figura 1 - Localização do município de Dionísio Cerqueira/SC | 23 |
| Figura 2 - Imagem aérea da sede da COOPERUNIÃO | 24 |
| Figura 3 - Estrutura organizacional da cooperativa - COOPERUNIÃO | 26 |
| Figura 4 - Assembleia geral | 27 |
| Figura 5 - Reunião do Núcleo de Base | 29 |
| Figura 6 - Mutirão para o arranquio de feijão. | 30 |
| Figura 7 - Escola do assentamento Conquista na Fronteira..... | 32 |
| Figura 8 - Caravana de estudando conhecendo o assentamento Conquista na Fronteira.... | 44 |

LISTA DE SIGLAS

| | |
|-------------|---|
| CLT | Consolidação das Leis Trabalhistas. |
| COOPERUNIÃO | Cooperativa de Produção Agropecuária União do Oeste Ltda. |
| INCRA | Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária |
| MST | Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra |
| PRONERA | Programa Nacional de Educação e Reforma Agrária |
| UFFS | Universidade Federal da Fronteira Sul |

SUMÁRIO

| | | |
|-----------|--|-----------|
| 1. | INTRODUÇÃO | 12 |
| 2. | LUTAS E CONQUISTAS: O DILEMA DO ACESSO À TERRA | 15 |
| 2.1 | A QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA..... | 15 |
| 2.2 | O MST E A LUTA PELA TERRA | 19 |
| 2.3 | A CONQUISTA DO MST NO OESTE DE SANTA CATARINA | 20 |
| 2.4 | O “CONQUISTA NA FRONTEIRA” E A VIVÊNCIA COLETIVA | 21 |
| 3. | JUVENTUDE: PERSPECTIVA EM DEBATE | 35 |
| 3.1 | JUVENTUDE: DESAFIOS E CONTRADIÇÕES | 35 |
| 3.2 | OS JOVENS NO MST | 37 |
| 3.3 | JUVENTUDE DO ASSENTAMENTO CONQUISTA NA FRONTEIRA..... | 39 |
| 4. | SAIR OU FICAR: O DILEMA DA JUVENTUDE DO ASSENTAMENTO .. | 43 |
| 4.1 | OS MOTIVOS DA DESVINCULAÇÃO DO COLETIVO | 43 |
| 4.1.1 | Renda: um conflito ao êxodo do/no assentamento..... | 45 |
| 4.1.2 | Conflitos de gerações | 48 |
| 4.1.3 | O Sonho do ingresso à universidade..... | 49 |
| 4.2 | A LUTA PELA PERMANÊNCIA NO ASSENTAMENTO | 51 |
| 4.2.1 | Os jovens e sua inserção nos diferentes espaços do assentamento..... | 52 |
| 4.2.2 | Juventude, a continuidade dessa história..... | 56 |
| 5. | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 58 |
| | REFERÊNCIAS..... | 61 |
| | APÊNDICES | 64 |

1. INTRODUÇÃO

O tema apresentado neste trabalho “A Juventude do Assentamento Conquista na Fronteira, em Dionísio Cerqueira – SC: As razões para sua migração”, surge há alguns anos e vem sendo debatido no Assentamento pelos membros deste coletivo, que sentem a preocupação da constante migração da juventude para os centros urbanos. Coloco-me como sujeito desta pesquisa, por alguns motivos: primeiro por fazer parte do MST desde meus 2 anos de idade, segundo por ser um jovem militante integrante do Assentamento Conquista na Fronteira desta forma estando intrinsecamente ligado ao objeto a ser estudado, podendo assim, contribuir com meus conhecimentos obtidos durante vários anos morando neste local.

O acesso à terra sempre foi um limitante para a família dos meus pais. Meu pai vinha de uma família de 11 irmãos e minha mãe de uma família com 9 irmãos, assim seus pais não tinham terra suficientes para distribuir entre todos os filhos. Desta forma, muitos de seus irmãos traçaram rumos distintos, fazendo com que alguns migrassem para outras regiões do país (Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Ceará). Após casado, meus pais trabalhavam por dia nas terras de outras pessoas, assim sobreviveram por vários anos.

Cansados de levar esta vida nas terras de outras pessoas, foi no ano de 1996, enfrentando ainda muitas dificuldades financeiras e sem um pedaço de terra para poder trabalhar, meus pais, decidem entrar na luta do MST para conquistarem um pedaço de “chão” para morar e poder criar seus filhos, que na época já eram quatro e posteriormente viria mais uma criança.

Ao concluir o ensino médio no ano de 2011, fui desafiado a contribuir na coordenação regional do coletivo de juventude. Contribuí por dois anos, neste período em que estive no coletivo de juventude, tive a oportunidade de participar de diversos cursos de formação política e técnica, o que veio a fortalecer minha militância enquanto jovem Sem Terra.

No início de 2014, uma surpresa, é aberto o edital para o curso de agronomia, parceria entre PRONERA (Programa Nacional de Educação e Reforma Agrária), UFFS (Universidade Federal da Fronteira Sul) e MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). No qual prestei o vestibular e tive o privilégio de ser aprovado. Atualmente estou na fase final do curso, desta forma, acredito que a escolha por este tema venha a contribuir para com a juventude do assentamento para seus desafios em permanecer no mesmo e dar continuidade nas lutas que seus pais ao longo de quase trinta anos conquistaram.

Neste sentido, o presente trabalho buscou analisar os limites encontrados pelos jovens do assentamento Conquista na Fronteira para sua permanência no mesmo, bem como identificar quais os motivos que levam a juventude a desvincular-se do assentamento. Analisar quais as

motivações dos jovens em continuar no assentamento e na luta pela terra e dimensionar o envolvimento dos jovens nos processos produtivos e organizativos dentro do assentamento.

Este trabalho nasce a partir das necessidades da permanência e desafios dos jovens no Assentamento Conquista na Fronteira para a continuidade do mesmo. O trabalho é fruto de estudos de pesquisas e vivências neste coletivo. Desta forma, necessitou-se fazer um regaste histórico da luta de terras e a questão agrária brasileira, bem como abordar a luta e a conquista do MST e a organização do Assentamento Conquista na Fronteira, na região Oeste do estado de Santa Catarina, informações estas obtidas através de conversas informais e análise de documentos. Também se abordou a importância da permanência da juventude no meio rural para a sucessão familiar.

A motivação pelo tema a ser debatido ao longo deste trabalho, surge pelo fato que nos últimos 17 anos, registra-se no assentamento uma forte migração dos jovens. No período entre o ano de 2000 a 2017, desvincularam-se do coletivo um total de 57 jovens e que hoje apenas 15 ainda residem no coletivo¹. A saída constante destes jovens tem se tornado um fator preocupante, quando abordamos o tema da continuidade das atividades do coletivo, pois as famílias que conquistaram e construíram todo esse processo coletivo estão envelhecendo e os jovens saindo para trabalharem nos centros urbanos.

Na pesquisa que deu vida a este trabalho de conclusão de curso, destaca-se a proposta de discutir não apenas a saída ou permanência dos jovens no assentamento, mas também a luta diária do enfrentamento ao sistema capitalista instaurado no campo.

Para a construção do presente trabalho, realizou-se um estudo de caso no assentamento Conquista na Fronteira, este, localizado no município de Dionísio Cerqueira, no Extremo Oeste de Santa Catarina, que tem atualmente 42 famílias assentadas, destas famílias, se tem um total de 15 jovens. Nesta construção se elaborou um questionário semiestruturado, o qual foi aplicado juntamente com dois jovens (Alex e Maria) que nasceram no assentamento e presenciam no dia a dia a constante saída dos jovens do coletivo. Outro questionário foi aplicado com duas famílias (Família Silva e Família Pereira) que residem no assentamento desde sua ocupação e que seus filhos por algum motivo saíram do assentamento e que depositam na juventude toda esperança da continuidade de todo o trabalho desenvolvido por eles ao longo da história. Para se compreender melhor o (os) motivo (os) que levam os jovens assentados a se desvincularem do coletivo foi aplicado um questionário com dois jovens (Marcos e Pedro) que já moraram no assentamento e hoje moram fora. Outro aspecto importante abordado neste trabalho, foi a

¹ Dados fornecidos pela COOPERUNIÃO

pesquisa realizada juntamente ao membro (João) da cooperativa que viveu parte de sua juventude fora do assentamento e acabou retornando para o assentamento e algum tempo após seu retorno para o coletivo, foi desafiado a contribuir na direção do assentamento. As razões da saída dos jovens dos assentamentos, perpassam as porteiras do Conquista na Fronteira, e é um tema que vem sendo debatido em todas as áreas de reforma agrária do país. Desta forma, elaborou-se um questionário para ser aplicado juntamente com um jovem (Carlos) vinculado a coordenação estadual da juventude Sem Terra, para compreendermos o comportamento dos jovens em outros espaços. Como jovem integrante da cooperativa, também se realizou por um período, observações das atividades desenvolvidas pelos jovens no seu dia a dia, bem como os anseios desse público. Posteriormente a isto, realizou-se a análise e sistematização das informações obtidas neste tempo.

2. LUTAS E CONQUISTAS: O DILEMA DO ACESSO À TERRA

2.1 A QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA

Os conflitos agrários no Brasil sempre estiveram presentes, desde sua suposta descoberta por povos europeus (portugueses e espanhóis), até os dias atuais. “A história da formação do Brasil é marcada pela invasão do território indígena, pela escravidão e pela produção do território capitalista” (FERNANDES, 1999, p. 15). O povo sempre esteve à mercê dos grandes latifundiários, donos de grandes empresas e principalmente do capitalismo.

A distribuição de terras no Brasil, teve como ponto de partida as capitânicas hereditárias², terras doadas pela Coroa Portuguesa aos mais próximos da Corte que tivessem o interesse de explorar estas áreas, recebendo em troca, apenas uma parte do resultado de exploração. A dominação capitalista sobre os povos originários, foi caracterizada como mercantilismo, este, segundo Morissawa (2001), foram, de forma direta e indireta, dizimados grande parte da população originária dessas terras e a instalação da escravidão desse povo, mas principalmente dos povos africanos. Baseando-se em estudos desenvolvidos pelo antropólogo Darcy Ribeiro, Morissawa, afirma que “os indígenas eram 5 milhões e atualmente vivem apenas 320 mil no território chamado de Brasil. Enquanto Portugal tinha na época *somente* 1 milhão” (MORISSAWA, 2001, p. 56).

Em um período que as terras estavam sob domínio da Coroa Portuguesa, se organizou um modelo de produção denominado de *plantation*. Este modelo que se fundamentou na produção em imensas áreas de terras, com poucas culturas, utilizando técnicas modernas de produção da época e principalmente a exploração da mão de obra escrava. A finalidade da produção era a exportação para os países da Europa (STEDILE, 2011).

Apesar de o Brasil deixar de ser colônia e ter sua independência de Portugal em 1822, não há mudanças nas formas de exploração das terras. Desta forma, no ano de 1850 se cria a primeira lei de terras (Lei nº 601 de 1850) (STEDILE, 2011). Segundo Morissawa (2001, p. 70), a criação dessa lei deu-se, entre diversos motivos, para que os escravos, os pobres, os posseiros e os imigrantes não pudessem ter acesso à terra, pois havia uma grande preocupação relacionada ao fim da escravidão.

A principal característica desta lei, segundo Stedile, era:

² Eram 15 faixas de terras que variavam de 150 a 600 km de largura, estendendo-se do litoral ao interior até a linha imaginária de Tordesilhas. [...] Os donatários deviam povoá-las, explorá-las com recursos próprios e governá-las em nome da Coroa, além de propagar a fé. Em troca, eles teriam diversos direitos, entre os quais aprisionar os índios, e estariam livres de pagar tributos sobre a venda de pau-brasil e de escravos (MORISSAWA, 2001, p. 58).

[...] pela primeira vez implantar no Brasil a propriedade privada da terra. Ou seja, a lei proporciona fundamento jurídico à transformação da terra – que é um bem da natureza e, portanto, não tem valor, do ponto de vista da economia política – em mercadoria, em objeto de negócio, passando, portanto, a ter preço. A lei normatizou então a propriedade privada da terra (STEDILE, 2011, p. 22 - 23).

O uso das terras pelos cidadãos passava a ser possível, desde que se pagassem altíssimos preços pelas mesmas. O altíssimo preço das terras foi uma estratégia utilizada para que os ex-escravos que não tinham um poder aquisitivo condizente com os preços estabelecidos, não pudessem ter acesso as mesmas e desta forma seguirem dependentes dos fazendeiros (STEDILE, 2011).

Foram trinta e oito anos desde a aprovação da Lei de Terras até a aprovação da Lei Áurea, em 1888. Com a “abolição da escravatura”, os ex-escravos que a partir deste momento estavam “libertos”, a maioria ficaria sem trabalho, sem terras e com poucas alternativas para sobreviver, o que os fez migrarem para as cidades, e se instalando nos terrenos menos favoráveis. Dando assim, início as favelas, por exemplo a favela da Rocinha no Rio de Janeiro.

Não havendo mais tanta mão de obra disponível para o trabalho nas fazendas de café, no Sudeste brasileiro, criou-se uma estratégia de imigração dos povos europeus, principalmente os camponeses. A Europa passava por um período de crise intensa. Desta forma foi fácil convencer o povo à imigrarem, com a falsa promessa que no Brasil haveria grandes quantidades de terras férteis e baratas para serem cultivadas, assim descreve Stedile, ao tratar da imigração do povo europeu para a América:

A saída encontrada pelas elites para substituir a mão de obra escrava foi realizar uma intensa propaganda na Europa, em especial na Itália, na Alemanha e na Espanha, para atrair os camponeses pobres excluídos pelo avanço do capitalismo industrial no final do século 19 na Europa. E, assim, com a promessa do “eldorado”, com terra fértil e barata, a Coroa atraiu para o Brasil, no período de 1875-1914, mais de 1,6 milhão de camponeses pobres da Europa. (STEDILE 2011, p. 25).

Ao chegarem no Brasil, os camponeses europeus se deparam com uma realidade totalmente diferente pela qual foram estimulados a imigrarem. O preço das terras era altíssimo e as terras propícias para o cultivo já tinham donos. Desta forma, obrigou este povo a procurarem lugares para morar. Parte dos imigrantes foram trabalhar nos cafezais, no Sudeste, estabelecendo uma nova relação de trabalho livre denominado de “colonato”, onde os camponeses eram submetidos à grande fazenda e ao seu dono (latifundiário). As terras mais dobradas do Sul do país foram os principais locais encontrados pela maioria desse povo para a construção de uma vida nova, mesmo tendo que pagarem por elas. Nelas se estabeleceram pela primeira vez na história do Brasil, um campesinato proprietário de terra, condição diferente do imigrante que se estabeleceu nos na região Sudeste (STEDILE, 2011).

A imigração dos camponeses europeus é interrompida nos anos de 1914, devido à crise que perduraria até os anos de 1930.

O ano de 1929 com a crise financeira mundial, inicia-se um período de crise no modelo agroexportador brasileiro. Causando assim uma crise política e institucional, a qual prejudicaria as classes dominantes, por consequência, a partir de 1930, efetiva-se um golpe de estado (civil-militar) constituindo a República sob nova orientação política. Conforme descreve Stedile, sobre o golpe dado pela burguesia industrial:

[...] em 1930, setores das elites da nascente burguesia industrial dão um golpe, fazem uma “revolução” política por cima, tomam o poder da oligarquia rural exportadora e impõem um novo modelo econômico para o país. Surgiu, então, o modelo de industrialização dependente, na conceituação dada por Florestan Fernandes, conceito esse derivado do fato de a industrialização ser realizada sem rompimento com a dependência econômica aos países centrais, desenvolvidos, e sem rompimento com a oligarquia rural, origem das novas elites dominantes (STEDILE, 2011, p. 28),

É neste período que se estabelece um vínculo da indústria com os grandes produtores agrícolas, ocasionando o surgimento de uma burguesia no campo e a modernização da agricultura, aonde a agricultura passa a integrar as leis do mercado e da indústria (STEDILE, 2011).

Mesmo após a implantação de um modelo de desenvolvimento urbano-industrial, liderado por Getúlio Vargas, o Brasil continuava visando apenas industrialização e, acordos realizados entre a oligarquia rural e a recente burguesia industrial, extrapolaram qualquer chance de uma possível reforma agrária. Vargas estava submetido aos interesses da burguesia. Apesar de criar a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), que viria favorecer a nascente classe trabalhadora urbana, acabou deixando de lado os trabalhadores rurais.

A reforma agrária, esquecida pelos presidentes da república durante décadas, somente teve iniciativas por parte do governo na década de 1960, Com a renúncia de Jânio Quadros, o vice, João Goulart, assumiu a presidência no mês de setembro de 1961, mas sob um novo regime político, agora parlamentarista. Neste período o país passava por um forte período de organizações e de diversas lutas no campo e na cidade pela reforma agrária e por direitos trabalhistas. Neste período poderia se dizer que chegaria o dia em que o Governo repararia séculos de desigualdade social e agrária no país. Este processo de lutas sociais, fez com que no plebiscito de 1963, o Brasil, retorna-se ao Presidencialismo e Jango torna-se efetivamente presidente do Brasil. Foi neste ambiente de efervescência política que Jango, anunciou as Reformas de Base no Brasil, sendo a reforma agrária uma delas. Jango tinha como proposta, uma reforma

agrária, que retiraria terras improdutivas dos latifundiários e as distribuiria para os camponeses, assim descreve Morissawa, sobre o plano de Jango:

O plano de reforma agrária de Jango previa a desapropriação de 100 quilômetros de cada lado de todas as rodovias federais. O governo tomaria terras improdutivas, isto é, pedaços de terra que os latifundiários, mesmo sendo donos, nunca tinham aproveitado e as distribuiria aos camponeses (MORISSAWA, 2001, p. 83).

Mas, em primeiro de abril de 1964, acaba-se com a tão sonhada democratização da estrutura fundiária do país. O golpe militar acaba de forma bárbara com as reformas, instaurando-se por 21 anos um regime militar.

O golpe militar estava fortemente ligado contra o fortalecimento dos movimentos populares que vinham surgindo na época e contra a intenção da implantação de uma Reforma Agrária popular e alguns direitos trabalhistas propostos por Jango.

Sofrendo fortes repressões durante o regime militar, todos os movimentos populares, sindicatos e lideranças que se opunham a manter a “ordem civil” eram perseguidos, ameaçados, torturados e até mesmo mortos. Conforme apontados por relatos do MST:

O regime militar foi duplamente cruel e violento com os camponeses. Por um lado - assim como todo o povo brasileiro - os camponeses foram privados dos direitos de expressão, reunião, organização e manifestação, impostos pela truculência da Lei de Segurança Nacional e do Ato Institucional nº 5. Por outro, a ditadura implantou um modelo agrário mais concentrador e excludente, instalando uma modernização agrícola seletiva, que excluía a pequena agricultura, impulsionando o êxodo rural, a exportação da produção, o uso intensivo de venenos e concentrando não apenas a terra, mas os subsídios financeiros para a agricultura (MST, 2014, s/n).

De modo a evitar possíveis manifestações por parte dos camponeses, a proposta do governo Jango, retirado pela ditadura militar, foi transformada de acordo com o que interessaria para a ditadura. Foi criada a Lei de Reforma Agrária, o Estatuto da Terra, que estabeleceria as regras para o latifúndio e definiria a função social da terra. De acordo com Morissawa:

O Estatuto da Terra escancarou-se, então, como um instrumento estratégico para controlar as lutas sociais e desarticular os conflitos por terra. As únicas e pouquíssimas desapropriações serviriam apenas para diminuir os conflitos ou realizar projetos de colonização (MORISSAWA, 2001, p. 100).

Durante todo o período (21 anos) da ditadura militar, o modelo de desenvolvimento do campo, adotado pelos militares ficou fortemente visível, conforme aponta Stedile:

Estimular o desenvolvimento do capitalismo do campo na agricultura, baseando-se na grande propriedade latifundiária e atrelando-se aos interesses do capital estrangeiro [...]. Para os pobres do campo [...] os governos militares apresentaram apenas uma saída social: a migração (STEDILE, 2011, p. 24)

Resultado disso, foi o processo acelerado do êxodo rural nesse período, devido à falta de comprometimento do Governo para com o povo.

2.2 O MST E A LUTA PELA TERRA

O nascimento do MST é marcado pelos trabalhadores que foram desenvolvendo lutas de forma isoladas em diferentes regiões do país, ao final da década de 1970. Neste período o Brasil passava por uma abertura política, pós-regime militar.

O MST é um dos movimentos sociais que surgiram a partir da necessidade da luta pelo acesso à terra, assim descreve Carter, que:

Na década de 1980 surgiram diversas mobilizações populares pressionando o Estado a promover a reforma agrária, criando no processo, um dos movimentos sociais mais duradouros da história: o MST. Em meados da década de 1990, o MST havia se tornado o maior movimento social da América Latina, e a reforma agrária estabeleceu-se na agenda pública do Brasil (CARTER, 2010, p. 37).

O nascimento do MST, tem um caráter de classe e de lutas contra a burguesia. O ponto de partida e o marco desse movimento, são as ocupações de terras por pessoas expropriadas de suas áreas, desempregados ou pequenos proprietários, mas os objetivos se tornam muito maiores, assim apontam as Normas Gerais do MST:

Que a terra só esteja nas mãos de quem nela trabalha; lutar por uma sociedade sem exploradores e explorados; ser um movimento de massas, autônomo, dentro do movimento sindical para construir a reforma agrária; organizar os trabalhadores rurais na base; estimular a participação dos trabalhadores rurais no sindicato e no partido político; dedicar-se à formação de lideranças e construir uma direção política dos trabalhadores; articular-se com os trabalhadores da cidade e com os camponeses da América Latina (MST, 1989, s/n).

A história desse movimento, vem de antes mesmo da sua consolidação, em 1984. Na primeira década de luta pela terra, o MST se expandiu por quase todos os estados do país. Desta forma, as ocupações de terras eram intensas e massivas, dificultando o despejo por parte do estado. Na década de 1990, já era o maior movimento popular da América Latina.

No decorrer de mais de três décadas de história, o MST, vem se consolidando como o principal movimento de luta por uma transformação social e pela reforma agrária. Desta forma, vem acumulando forças na organização dos trabalhadores e conquistando novos espaços, tanto geográfico como político. Assim, o MST, encontra-se organizado em quase todos os estados brasileiros. Nos dias atuais, são 24 estados do Brasil ocupados de forma organizada pelo

Movimento Sem Terra³. Aproximadamente 350 mil famílias⁴ que já conquistaram a terra através da luta organizada do MST. Porém, a luta continua pela desapropriação de terras que não sejam produtivas, a grilagem de terras e o inimigo principal nos dias atuais, o agronegócio⁵.

A conquista destes territórios somente foi alcançada através de muita luta e sofrimento. Muitos companheiros/as “tombaram” no caminho na incansável insistência de uma sociedade mais justa e igualitária para todos.

2.3 A CONQUISTA DO MST NO OESTE DE SANTA CATARINA

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, ao longo de sua existência, tem sido gestor de propostas para a organização dos assentamentos⁶ Rurais da Reforma Agrária. Tem como objetivo garantir uma vida digna e de qualidade para todos, em todos os aspectos, sejam eles sociais, políticos, culturais ou econômicos. Trabalha estes aspectos no intuito de consolidar relações sociais tanto internas como externas aos assentamentos e acampamentos, bem como sensibilizar para práticas cooperadas, em especial, no que tange a produção, seja para garantia do autoconsumo das famílias, ou voltada à comercialização, buscando a viabilização dos assentamentos, condições para viver no campo e construir relações com a sociedade regional (local) como também a nível nacional e internacional.

No estado de Santa Catarina, mais especificamente no extremo oeste do estado, onde hoje está localizado o assentamento Conquista na Fronteira, nas décadas de 1960-70 intensificou-se a mecanização agrícola, o que fomentou a saída dos trabalhadores do campo para buscarem empregos na cidade, até mesmo para outras regiões e estados do país.

As duas grandes ocupações de terra, no dia 25 de maio do ano 1985, ocorreram nos municípios de Abelardo Luz no Oeste e São Miguel do Oeste no Extremo Oeste catarinense

³ O Movimento Sem Terra é a abreviação mais popular do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e adota a Sigla MST.

⁴ Dados do site TodaMatéria. Disponível em <https://www.todamateria.com.br/movimento-dos-trabalhadores-sem-terra-mst/>. Acesso em 08 de abril de 2018

⁵ Agronegócio é o novo nome do modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária capitalista. Esse modelo não é novo, sua origem está no sistema *plantation*, em que grandes propriedades são utilizadas na produção para exportação. Desde os princípios do capitalismo em suas diferentes fases esse modelo passa por modificações e adaptações, intensificando a exploração da terra e do homem. Agronegócio é uma palavra nova, da década de 1990, e é também uma construção ideológica para tentar mudar a imagem latifundista da agricultura capitalista. O latifúndio carrega em si a imagem da exploração, do trabalho escravo, da extrema concentração da terra, do coronelismo, do clientelismo, da subserviência, do atraso político e econômico. Disponível em http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/AgronegocioeReformaAgraria_Bernardo.pdf. Acesso em 15 de maio de 2018

⁶ Conforme descreve Martins, (Martins 2004 apud NOGUEIRA, 2007, p. 21), por assentamento “compreende-se o conjunto de famílias de trabalhadores rurais vivendo e produzindo num determinado imóvel rural, desapropriado ou adquirido pelo governo federal (no caso da aquisição, também pelos governos estaduais) com o fim de cumprir as disposições constitucionais e legais relativas à reforma agrária.

com mais de 2 mil famílias oriundas da região Oeste do estado. Essas ocupações ocorreram na fazenda Papuam, no município de Abelardo Luz, com 1.500 famílias e com 535 famílias no município de São Miguel do Oeste, na fazenda Bandeirantes.

Em pouco tempo após as ocupações nestas duas áreas, o Governo do Estado sugere um acordo com os Sem Terra, na qual os mesmos deveriam retirar-se da área as quais tinham sido ocupadas, pois num período de quatro meses o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), entraria com processo para a desapropriação das áreas para os fins da reforma agrária. Contudo, este prazo estipulado para a desapropriação das áreas passou do tempo e o Governo do Estado não cumpriu com o combinado, Desta forma as famílias ocupam na capital do estado, Florianópolis, a sede do INCRA. Sob pressão dos Sem Terra na ocupação da sede, desapropriou-se 11 áreas de terras improdutivas. Nestas áreas foram assentadas 1.300 famílias Sem Terra. Porém restavam famílias à serem assentadas e a pressão sobre os Governos Estadual e Federal continuam, com uma nova ocupação no INCRA, resultando em mais algumas famílias sendo assentadas.

Passou-se aproximadamente dois anos da primeira ocupação de terra realizada no estado de Santa Catarina, quando as 350 famílias que haviam continuado sem um pedaço de terra para trabalhar, ocuparam uma nova área, no município de Itaiópolis, onde permaneceram por aproximadamente mais dois anos acampados. A fazenda ocupada estava em uma área de preservação ambiental e segundo os órgãos públicos, nela só poderiam ser assentadas 55 famílias, das 350. Na incansável batalha por terra, as demais famílias seguiriam na luta.

Debaixo de muito nevoeiro, num dia que fazia muito frio, 35 famílias Sem Terra, embarcam nos caminhões com poucas roupas, colchões e suas lonas pretas e partiram para a tão sonhada terra, no dia 24 de junho de 1988, após três anos acampados embaixo da lona preta.

2.4 O “CONQUISTA NA FRONTEIRA” E A VIVÊNCIA COLETIVA

A conquista da terra, é sempre um sonho almejado por todo Sem Terra e desta forma, foram três anos de acampamento, com muitas lutas e muita organização, até a descoberta da Fazenda Tracutinga no município de Dionísio Cerqueira, que estava hipotecada junto ao Banco do Estado do Rio de Janeiro, o que possibilitou de forma ágil a desapropriação da mesma.

Para a constituição do assentamento, o município tinha como exigência que aproximadamente 40% das famílias que posteriormente seriam assentadas deveriam ser do município. Famílias estas que não estavam organizadas em nenhum tipo de movimento social, político ou partidário, mas, necessitavam de terras para trabalhar. Foi então, após muitos

conflitos, muitas negociações entre o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, INCRA, Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira e o Movimento Sem Terra, entraram em acordo e foram assentadas no dia 24 de junho de 1988, 60 famílias, sendo 35 famílias oriundas dos acampamentos, resultados das ocupações de terras em São Miguel do Oeste e Abelardo Luz em 25 de maio de 1985 e 25 famílias vindas das diversas comunidades do município de Dionísio Cerqueira.

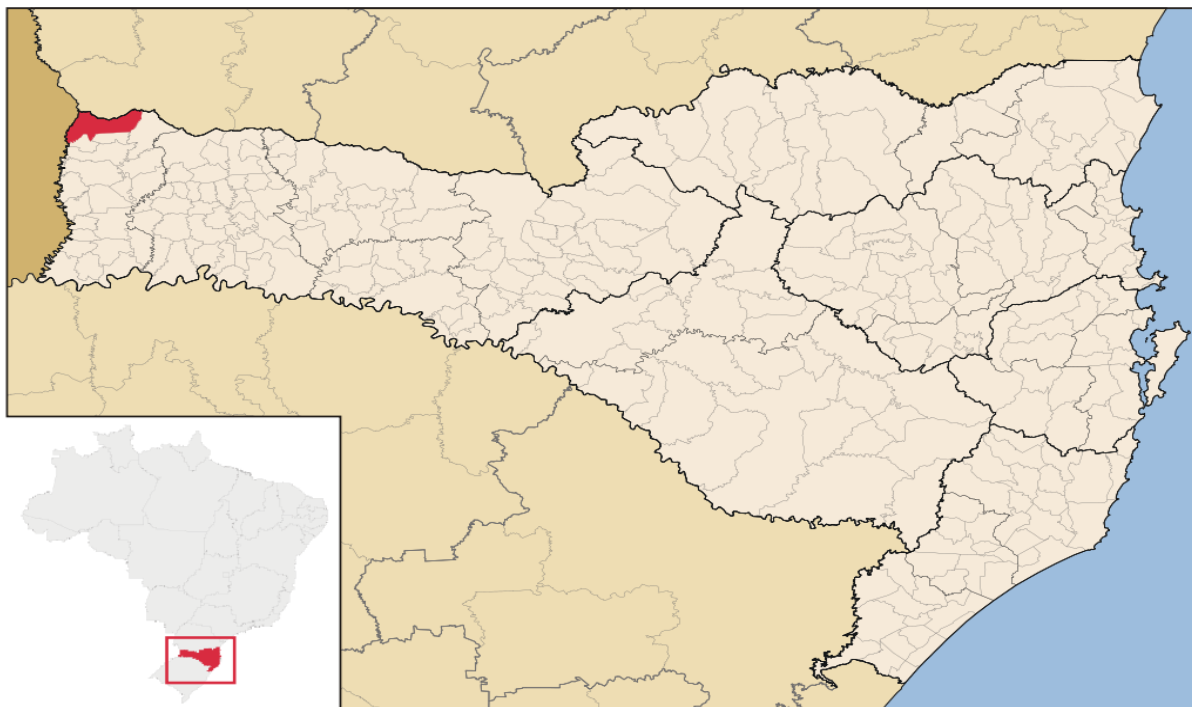
A escolha das famílias oriundas do município que iriam compor o assentamento teve como critério básico, uma família indicada pela comunidade, sendo elas escolhidas pelo prefeito da época e pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Na escolha das 35 famílias que posteriormente iriam compor o assentamento, se optou pelo critério, as famílias que teriam o interesse do trabalho coletivo.

Devido as famílias serem oriundas das mais diferentes regiões do Estado e com os mais diversos acúmulos de conhecimentos e formas organizativas, formou-se inicialmente dois grupos. Sendo que o grupo que já pertencia ao município, carregava forte a cultura do trabalho e organização individual e o segundo grupo já tinha presente algumas formas de trabalho e organizações coletivas adquiridas nos três anos vividos no acampamento. Após anos de discussão e de organização, em julho de 1992 foram unificados os dois grupos.

O assentamento Conquista na Fronteira está localizado no município de Dionísio Cerqueira, distante 34 km do seu centro urbano e 820 km de Florianópolis, fazendo parte da Microrregião geográfica do município de São Miguel do Oeste.

Figura 1 - Localização do município de Dionísio Cerqueira/SC



Fonte: Wikipédia – Município de Dionísio Cerqueira/SC, 2017.

Desde o início do assentamento, todos os meios de produção (que eram escassos no início, além da terra) não eram utilizados separados ou de formas individuais, sempre foram de uso coletivo no assentamento, assim não havendo relações de explorações entre as famílias.

Neste sentido, as famílias ali assentadas, desenvolvem o trabalho coletivamente nos 1.198 hectares de terra. Toda a organização da produção (vegetal e animal) se dá através da Cooperativa de Produção Agropecuária União do Oeste Ltda. (COOPERUNIÃO) fundada em 01 de outubro de 1990, conforme figura 2, a seguir,

Figura 2 - Imagem aérea da sede da COOPERUNIÃO



Fonte: Arquivo pessoal da COOPERUNIÃO, 2016.

A criação da Cooperativa se dá a partir das mais diferentes necessidades, conforme descreve Camini, tendo como principais objetivos:

[...] o desenvolvimento da produção agropecuária coletivamente, facilitar as compras e vendas, créditos, aquisição de máquinas, infra-estruturas, industrialização e comercialização de produtos, adoção de tecnologias, planejar a produção e a utilização da área. Unir-se para enfrentar as dificuldades, reivindicar e defender nossos direitos, garantir a permanência no campo, avançando política e economicamente. Organizar a questão social para garantir o bem-estar das famílias, bem como a transformação social (CARMINI, 2000, p. 15 – 16).

No início do Assentamento destinava-se a produção agropecuária prioritariamente para o autoconsumo das famílias, somente o excedente era comercializado. Inicialmente a produção agrícola vegetal se destacou com o cultivo do arroz, feijão, milho, trigo e fumo. Também teve destaque neste primeiro momento a pecuária leiteira e de corte.

A dificuldade das famílias em adaptar-se no Assentamento se dá principalmente devido a forma de organicidade proposta aos grupos. Conforme aponta Martins, essa organização fez com que muitas famílias desistissem de morar no Assentamento, sendo estas vagas posteriormente substituídas por outras famílias oriundas de acampamentos do MST.

A organização política no assentamento se dá através do Conselho Social e Político, comissões de Educação, Saúde, Esporte e Lazer, por seis núcleos de discussões, sendo que a instância máxima é a Assembleia Geral. No que tange à parte econômica quem administra é o Conselho Diretor baseado em planejamentos (anual e em longo prazo – 5 anos) feitos coletivamente. Na parte do trabalho é organizado pelo setor de produção que se divide em três equipes de trabalho onde se desencadeiam os trabalhos práticos (MARTINS, 2006, p. 62).

A divisão da renda se dá conforme participação de cada assentado no processo produtivo, através de horas trabalhadas e toda produção destinada para o autoconsumo é dividida conforme necessidade de cada família.

A organização coletiva dos assentados propicia maior participação de todos e todas ativamente, contribuindo assim na elevação do nível de consciência, conforme trata Morissawa, rompendo com a submissão capitalista⁷ “A consciência social é a resultante natural de uma situação em que a convivência é intensa e as pessoas assumem a condução do núcleo social participando amplamente de suas decisões” (MORISSAWA, 2001, p. 227).

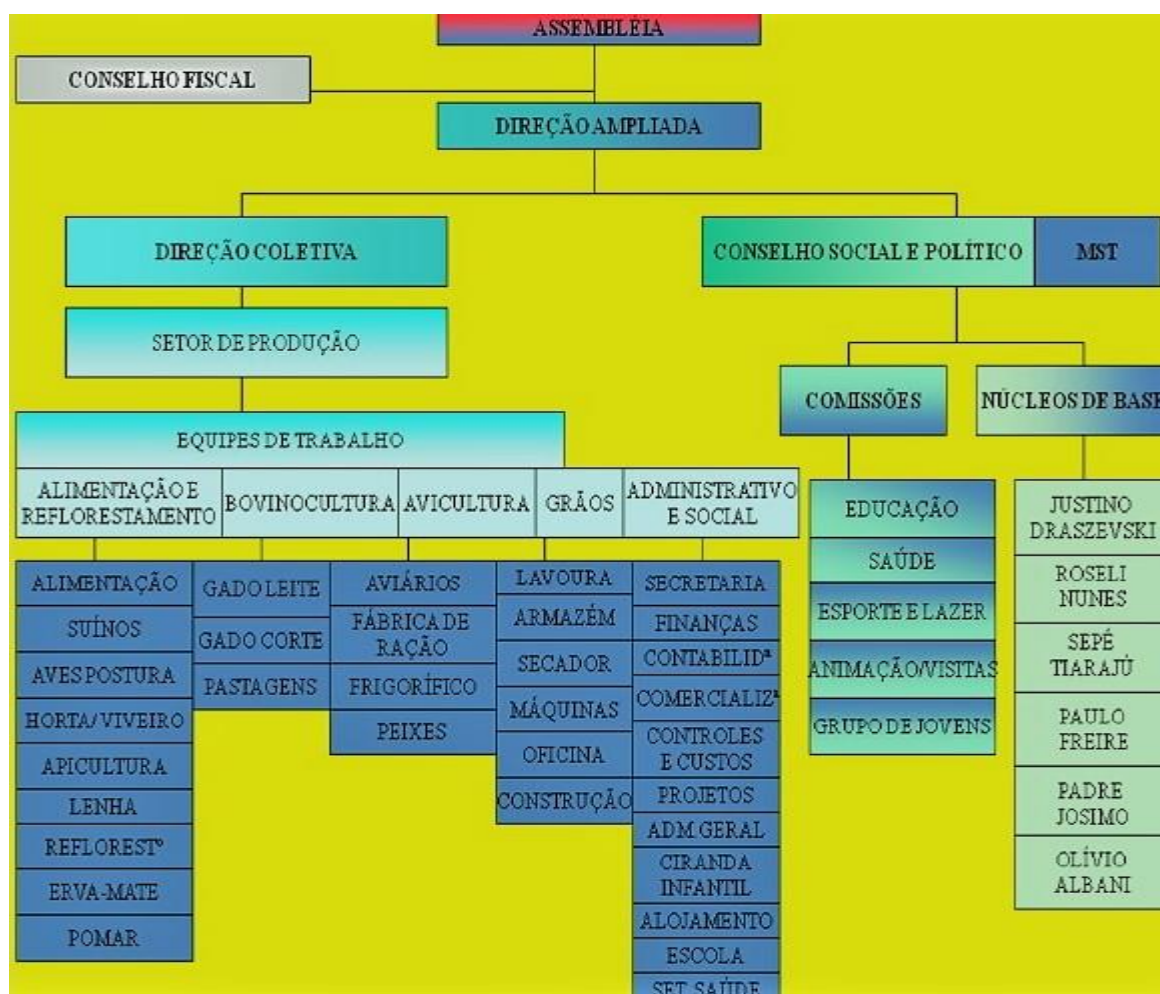
Ao tratar de sua estrutura, o MST, se organiza através das coordenações dos assentamentos e acampamentos, coordenações regionais, estaduais e nacionais. A constituições das coordenações se dá através das coordenações dos núcleos de base locais.

Para que a organicidade do coletivo no assentamento perdurasse, e os objetivos fossem alcançados, pensou-se na construção de uma estrutura orgânica que pudesse proporcionar aos assentados um envolvimento integro, nas discussões, nos trabalhos, nas tomadas de decisões e as responsabilidades dos mesmos. Com isso, o debate resultou na construção de um organograma, conforme figura 3, a seguir, o qual retrata claramente o funcionamento da cooperativa. O mesmo leva em consideração as questões de organização da produção, as questões sociais e políticas de todos os envolvidos na cooperativa.

Assim, observa-se a importância que cada instância representa, para a organização, a participação e o envolvimento das pessoas nesta estrutura, pois é através do esforço de cada membro que se torna possível a construção e o funcionamento dessa experiência.

⁷ “[...] o sistema capitalista é um sistema que separa capital de trabalho e cujas relações são de dominação e exploração. [...] Para que haja dominação e exploração é necessário que o trabalho e o capital estejam separados!” (GUARESCHI, 2005 p. 51).

Figura 3 - Estrutura organizacional da cooperativa - COOPERUNIÃO



Fonte: Dados fornecidos pela Cooperunião em 3 de fevereiro de 2018.

Sempre houve uma grande preocupação quanto à participação dos membros da cooperativa nas tomadas de decisões, desta forma o funcionamento da democracia interna torna-se extremamente vigoroso. Para tal motivo, as decisões são todas tomadas em assembleia, à qual por vez é a instância máxima de decisão, conforme figura 4, a seguir. Sendo assim, as assembleias tornam-se frequentes, fazendo com que os assentados se reúnam periodicamente a cada 15 dias ou quando necessário para informes, debates ou aprovações.

Figura 4 - Assembleia geral



Fonte: Arquivo pessoal da COOPERUNIÃO, 2016.

A Direção Coletiva, será composta por cinco membros/as que serão eleitos a cada três anos em Assembleia Geral Ordinária através de votação secreta pelos associados. Dentro do Assentamento, a Direção Coletiva é a instância responsável em zelar pelo bom andamento do mesmo, assim indicado no Art. 4º do Estatuto da cooperativa:

- Administrar coletivamente à cooperativa.
- Dar direção juntamente com o Conselho Social e Político, aos rumos da cooperativa.
- Cumprir e fazer cumprir o Estatuto Social, Regimento Interno e demais decisões estabelecidas coletivamente.
- Elaborar proposta do planejamento da produção bem como das demais atividades da cooperativa e dar o devido acompanhamento.
- Discutir e encaminhar a formação técnica das pessoas nos setores de produção.
- Elaborar o planejamento estratégico da cooperativa.
- Dar acompanhamento junto ao setor de produção nos encaminhamentos da organização do trabalho e na distribuição da mão de obra.
- Fazer um planejamento das atividades e ver formas de manter o povo informado.
- Analisar as receitas e despesas como estão para fazer novos investimentos e manter os investimentos existentes.
- Fazer um boletim informativo da parte de produção dos setores e a posição financeira a cada 90 dias, bem como a análise de custos.
- Movimentação financeira como empréstimos, financiamentos o Conselho Diretor deve fazer uma consulta em assembleia.
- O Conselho Diretor fica responsável pelas compras, pelas vendas, movimentações em bancos e encaminhamento de carros e caminhões (REGIMENTO INTERNO COOPERUNIÃO, 2016, p. 2).

Já o Conselho Fiscal da cooperativa é formado por seis membros, e suas atribuições são fiscalizar de modo geral o funcionamento da mesma. Para o Conselho Social e Político (coordenação do Assentamento) que também será composta por seis membros e mais um companheiro/a que faz vínculo com o MST regional, estadual ou nacional, (no caso deste assentamento, faz vínculo a este conselho uma companheira ligada a Direção Nacional do MST). Conforme consta no Regimento Interno da Cooperunião, cabe a responsabilidade em dar uma direção política para o Assentamento:

Encaminhar estudos e discussões políticas internas e externas; encaminhar pessoas para formações técnicas, sociais, políticas; para manifestações; encontros; manter a organicidade interna; cumprir e fazer cumprir o Estatuto da cooperativa, o Regimento Interno do Assentamento, assim como as demais decisões estabelecidas pelo coletivo (REGIMENTO INTRNO COOPERUNIÃO, 2016, p. 2 -3).

Assim como em todos os assentamentos e acampamentos do MST, todas as famílias pertencentes à COOPERUNIÃO, estão envolvidas nos Núcleos de Base. Os Núcleos de Base formam outra instância de extrema importância no assentamento, os quais são formados pelas famílias, sendo usado como critério para a constituição, a aproximação das casas das famílias. Em torno de 7 a 8 famílias formam um núcleo de base, conforme figura 5, a seguir. Como apresentado no organograma acima, são seis Núcleos de Base, os quais tem algumas funções como: “discutir e sugerir propostas para as assembleias gerais ordinária e extraordinária, desenvolver estudos de formação política, receber visitas, realizar tarefas na comunidade, entre outros” (REGIMENTO INTERNO COOPERUNIÃO, 2016, p. 5).

Figura 5 - Reunião do Núcleo de Base



Fonte: Arquivo pessoal da COOPERUNIÃO, 2016.

O Conselho Social e Político, também tem como função dar acompanhamento junto as Comissões, desta forma cada Comissão tem uma pessoa do Conselho Social e Político que faz o vínculo, assim facilitando os encaminhamentos entre os mesmos. Para as Comissões cabe as tarefas de proporcionar a todos os membros da cooperativa educação de qualidade, da mesma forma, garantir que os associados tenham acesso ao esporte, ao lazer, as mais diversas formas de culturas, e assim também proporcionando o cuidado com a saúde. Ainda cabe às Comissões, organizar a juventude e proporcionar a todas as pessoas que visitam o assentamento, uma boa receptividade.

No decorrer dos anos, muitas pessoas optaram em sair do assentamento, desta forma muitas equipes foram sendo extinguidas e novas equipes sendo criadas, por esse motivo atualmente a Cooperativa conta com apenas 87 assentados (jovens, adolescentes, adultos) distribuídos nas diferentes equipes de trabalho.

As Equipes de Trabalho são responsáveis pelo planejamento e execução das atividades agrícolas e não agrícolas do assentamento, as quais são acompanhadas pelos responsáveis da Direção Coletiva, conforme figura 6, a seguir.

Figura 6 - Mutirão para o arranquio de feijão.



Fonte: Arquivo pessoal da COOPERUNIÃO, 2016.

Todas as pessoas inseridas no processo de produção fazem parte de uma equipe de trabalho, estas trabalham de segunda a sexta-feira. Durante os dias de semana são realizadas as atividades competentes aos setores, cumprindo assim uma carga horária de 8 horas diárias para os homens e 4 horas para as mulheres que são casadas e o restante do dia dedicam seu tempo as atividades da casa (somente as 4 horas/dia dedicadas ao trabalho da cooperativa são remuneradas). Ressaltando que, para as mulheres que tiverem o interesse em trabalhar o dia todo no coletivo, as mesmas poderão fazer, desde que planejadas juntamente com o setor de produção. Já nos finais de semana desenvolve-se os plantões nos setores (gado de leite e corte, suínos, aves) aonde não se pode deixar de ser realizada as atividades. Nestes, não se tem uma carga horária exata a ser cumprida. Desta forma, observa-se que as atividades desenvolvidas

pelas mulheres na residência, não se contabiliza, e não se tem uma valorização como trabalho produtivo, conforme descreve Rua; Abramovay, que:

[...] o trabalho da mulher é visto como uma extensão do seu papel de mãe/esposa/dona-de-casa, provedora das necessidades da família de um modo geral. Aparentemente, esse papel se superpõe ao seu trabalho na atividade agropecuária [...] encobrindo a verdadeira natureza de sua ocupação e, por conseguinte, a sua jornada de trabalho (RUA, ABRAMOVAY, 2000, p. 155),

Apesar de encontrar-se limites com as discussões sobre o desenvolvimento das atividades agrícolas das mulheres na cooperativa, acredita-se estar em um processo evolutivo quando comparamos as mulheres da cooperativa com mulheres que trabalham de forma individual. As mulheres pertencendo à Cooperativa, possuem vez e voz frente ao coletivo, desenvolvem trabalhos condizentes com suas forças físicas, garantem renda própria e moradia.

O trabalho coletivo proporcionou aos assentados, a elevação do grau de consciência política e social. Desta forma, não se há uma diferença na remuneração da mão de obra dos assentados pela sua formação técnica ou política ou pelo grau de dificuldade do trabalho. A distribuição da renda se dá a partir das horas trabalhadas durante o decorrer do mês.

Outro aspecto importante, que somente é possível na agricultura onde possa haver trabalho coletivo, são os dias que os assentados podem usufruir para atividades particulares. Cada membro tem direito a quatro dias por mês (além dos finais de semana, quando não estiver de plantão) para desenvolver atividades que lhes diz respeito, estas não serão cobradas e nem descontadas de suas horas trabalhadas. E 20 dias de férias por ano⁸, estas por vez não serão remuneradas.

Desde o início do Assentamento, sempre se teve grande preocupação, quando o assunto é relacionado à educação. Por isso, já no primeiro ano de Assentamento, a prioridade em organizar uma escola para os estudos das crianças. No começo as aulas eram ministradas debaixo de um antigo galpão, o qual servia de abrigo para cavalos do antigo fazendeiro. Foi com muito esforço e dedicação dos assentados, que no início do ano de 1989, já tinham a escola construída na comunidade. Escola está que carrega o nome de Escola Construindo o Caminho. Conforme pode-se observar na figura 7, a seguir.

⁸ As férias são divididas em dois turnos (geralmente, metade dos associados em cada turno) para que as atividades prioritárias não sejam paralisadas. E em duas etapas de 10 dias cada (caso alguém queira tirar os 20 dias seguidos, poderá realiza-la, desde que discutida e encaminha junto ao Conselho Social e Político).

Figura 7 - Escola do assentamento Conquista na Fronteira



Fonte: Arquivo pessoal da COOPERUNIÃO, 2016.

Outro entendimento das famílias do Assentamento era de que não se poderia ter uma escola igual as demais existentes nas comunidades de onde vinham, uma escola convencional, pois se pensava em uma formação diferenciada para essas crianças. Havendo assim, grandes embates com a Prefeitura Municipal, tendo em vista que os assentados buscavam uma professora que fosse da comunidade e compreendesse a realidade do Assentamento.

O debate de uma escola diferenciada, onde as crianças e a comunidade seriam os propulsores do método pedagógico a ser trabalhado na escola. Estudos relacionados ao MST, ao assentamento, aos lutadores, eram um afronto ao município, o qual, por vez ameaçou cancelar o pagamento à professora e o fechamento da escola por não seguirem um ensino por eles proposto. A Prefeitura propôs uma prova avaliativa dos alunos, os quais surpreenderam com as notas. A partir desse momento houve aceitação do município na forma de ensino proposto pela comunidade aos seus alunos.

Esta escola, está capacitada para atender somente as séries iniciais de escolarização, do pré-escolar ao quinto ano. Para seguir estudando, os alunos necessitam deslocar-se do Assentamento até um distrito, 25 km de distância.

Para garantir o acesso à educação de todos os integrantes da Cooperativa, a mesma é responsável em disponibilizar materiais escolares desde o ensino fundamental até o ensino médio e um ensino superior há quem necessitar, bem como garantir transporte, seja através de órgãos públicos ou mesmo a própria cooperativa. Para todo o jovem interessado em realizar um

curso de nível superior em determinada área, a Cooperativa discutirá a necessidade da formação profissional da mesma.

Pensando no direito que todos devem ter de acesso à formação, a Cooperativa estabelece algumas normas sobre os estudantes ou a quem interessar a formação, segundo o Regimento Interno da Cooperunião:

- A partir do nível médio, a cooperativa juntamente com os alunos discutirá a necessidade da capacitação técnica como também se permanece estudando no município ou em outro lugar.
- Os horários de estudo não serão contados como produtivos e sim as horas trabalhadas na cooperativa, considerando que estudando no município poderão trabalhar o meio dia e os que estudam fora do município durante o tempo comunidade têm o tempo integral para o trabalho.
- No caso de estudantes que forem encaminhados para realização do nível médio ou nível superior fora do assentamento e que tenham que estudar o tempo integral ou parcial receberá 50% (cinquenta por cento) da renda e subsistência, conforme sua faixa etária.
- No caso do tempo comunidade ter que fazer estágios, este sendo encaminhado junto à Comissão de Educação será considerado produtivo.
- Recebendo bolsa independente do nível de estudo fica com a bolsa no tempo escola e não receberá as horas. No tempo comunidade repassará 100% do valor da bolsa e recebe as horas trabalhadas. A cooperativa paga as passagens e as demais despesas fica por conta do estudante.
- No caso de estudantes encaminhados pela cooperativa que desistirem dos estudos terão que repor os gastos realizados e perderão os benefícios oferecidos aos estudantes para o próximo ano letivo, caso o mesmo venha retomar os estudos.
- No caso de reprovação, a família do estudante bancará as despesas com material para o próximo ano letivo.
- Se algum jovem tiver a opção de estudar fora do assentamento, e arrumar algum trabalho para se manter ou se hospedar em casas de parentes, poderá fazê-lo em acordo com sua família, mas neste tempo não receberá nem renda e nem subsistência.
- O jovem que tiver a opção em estudar fora do assentamento e os jovens que moram no assentamento dependentes de seus pais, poderão participar das atividades festivas e de lazer no assentamento entendendo que terão os mesmos deveres na contribuição de atividades na comunidade, e no caso de festas internas, jogos internos e externos com almoço, deverão pagar o almoço a preço de custo.
- As instâncias da cooperativa deverão dar os encaminhamentos necessários para esta participação, sempre tendo como prioridade e consideração aos jovens pertencentes ao coletivo e inserido na produção.
- Todo o integrante que receber capacitação técnica/profissional terá o compromisso de contribuir internamente durante um período de cinco anos, em caso deste sair antes de completar este período pagará o investimento que a cooperativa fez no período de sua formação.
- Nos dias que não tem aula ou em períodos de férias, os estudantes que tem até 14 (quatorze) anos têm o dever de trabalhar 50% (cinquenta por cento), e os estudantes que tem acima de 14 (quatorze) anos tem o dever de trabalhar 100% (cem por cento) do dia.
- Capacitação profissional de nível superior considerar a necessidade da Cooperativa e as oportunidades que se tem através do MST.
- Caso surgir outras oportunidades/vagas de cursos além das áreas consideradas prioritárias, o Conselho Social e Político e Conselho Diretor serão responsáveis pelos encaminhamentos sendo que a aprovação de nomes será de responsabilidade da assembleia geral.

- Em fase de conclusão de curso o estudante terá direito há um dia por mês liberado para elaboração de trabalhos de conclusão do curso, caso seja necessário mais dia, fará uso dos particulares de direito.
- Qualquer integrante/associado não poderá receber 2 (duas) formação/qualificação técnica seguidas, enquanto outros jovens ainda não obtiveram oportunidade.
- Quando tiver oportunidade de formação/qualificação técnica em que integrantes/associados (que ainda não receberam formação/qualificação técnica) não optarem pela oportunidade, será discutido quem fará (REGIMENTO INTERNO COOPERUNIÃO, 2016, p. 13 – 14).

Muitas vezes, todas essas normas estabelecidas no Regimento Interno, acabam afastando muitos integrantes do coletivo que poderiam estar se capacitando e contribuindo para com o assentamento. Principalmente aos jovens que tem interesse em áreas que não são consideradas pela Cooperativa como prioritárias, apesar da formação de seus quadros serem tratadas como prioridade.

A educação, seja ela escolar ou no sentido mais amplo da palavra, deve ser oportunizada a todos. Este direito, deve ser garantido, independente de qual a condição pessoal de cada ser humano.

3. JUVENTUDE: PERSPECTIVA EM DEBATE

Nos dias atuais, a sociedade, de modo geral, costuma relacionar a juventude do campo, como sendo aqueles que, ao se tornar “independente” de seus pais, irão migrar para as cidades, pois enxergam o campo como um local atrasado e que este não poderá suprir as necessidades da juventude.

3.1 JUVENTUDE: DESAFIOS E CONTRADIÇÕES

A concepção do termo juventude é entendida como uma fase natural da vida, assim tratada em todo o mundo. Caracterizada principalmente pela faixa etária, fisionomia e ações psicológicas, e também pela transição entre adolescência e a fase adulta.

Essa fase jovem da vida, está fortemente associada à transformações e rebeldias, resultados decorrentes da faixa etária. Um período da vida em que a juventude se encontra repleta de sonhos, anseios, incertezas e novas descobertas, fato este relacionado a transição da adolescência para a vida adulta. O que para Castro, os jovens estão relacionados há uma transformação da sociedade.

Paradoxalmente, jovem é associado a futuro e transformação social. Pode-se afirmar que o olhar para determinados indivíduos, informado pela idade de que estão numa fase de transição de ciclo de vida, ou mesmo biológico, transfere, para aqueles que assim são identificados, a imagem de pessoas em formação, incompletas, sem vivência, sem experiência, indivíduos ou grupos de indivíduos que precisam ser regulados, encaminhados. Isso tem implicações não apenas na dificuldade de se conseguir o primeiro emprego, mas também na deslegitimação da sua participação em espaços de decisão (CASTRO, 2012, p. 440),

Na atualidade, podemos encontrar diversas definições sobre o que é ser jovem. A definição do termo *juvenis*, na sociedade clássica greco-romana, significava, etimologicamente, “aquele que está em plena força da idade” (JANATA, 2012, p.108). A mesma autora ainda descreve que naquela sociedade, evocava-se a deusa grega *Juventa*, em rituais aonde tornava os mancebos, cidadãos, desta forma então passavam a exercer plenamente seus direitos. Na sociedade greco-romana, o termo juventude referia-se a pessoas com idade entre os 22 e 40 anos.

O termo “juventude rural”, está especificamente relacionada com os jovens que moram no meio rural, filhos/as de camponeses. Relacionando o número de pessoas que vivem no campo, os jovens são considerados uma minoria em sua faixa etária, o que está associado com a constante migração destes jovens do campo para os centros urbanos. Esta juventude, muitas vezes se tornam invisíveis perante a sociedade. Pelas palavras de Castro et al, nota-se que:

[...] a juventude rural é percebida como uma categoria específica e não na perspectiva de jovens e rurais. É uma categoria minoritária “dentro” da juventude. Quando retomamos os dados do Pnad⁹ essa análise faz algum sentido. Os dados apontam que a população de 15 a 29 anos é de 49 milhões de pessoas e representam 27% da população. Por outro lado, 4,5% seriam jovens rurais. No entanto, ainda que pareça pouco no universo total, estamos falando de 8 milhões de pessoas. Isso sem entrarmos na problematização da própria definição de rural e urbano. Assim, se fôssemos pensar a juventude rural como categoria específica e de pouca expressão numérica na sociedade brasileira, mesmo esse eixo deveria ser revisto. É uma população de 8 milhões de jovens! Neste sentido a invisibilidade que marca a juventude rural deve ser problematizada (CASTRO et al, 2009, p. 44).

Estes jovens ao permanecer no campo, carregam consigo uma perspectiva de vida na continuidade das atividades agrícolas. Alguns constituem a sua própria família e assumem o lugar dos pais.

As atividades agrícolas que são desenvolvidas na propriedade têm grande influência na permanência ou não dos jovens no campo. Este público, geralmente, envolve-se nas atividades realizadas na agricultura, desde muito cedo, onde neste período ocorrem um estreitamento na relação entre os jovens e a família onde começam a se inteirar da parte econômica e produtiva da propriedade, desta forma também passam a enxergar as dificuldades encontradas no dia a dia das atividades, muitas vezes, por eles mesmo desenvolvidas. Desta forma, é necessário aprender a lidar com as responsabilidades e buscar inovações para facilitar a execução das atividades, bem como o aumento da produção.

A constante migração dos jovens do meio rural para os centros urbanos tem gerado grande preocupações relacionadas a continuidade das atividades agrícolas no âmbito familiar. Quando se trata das áreas de Assentamentos da reforma agrária, a realidade não se diferencia dos demais jovens que vivem no campo. Essa migração desenfreada tem gerado grandes preocupações e debates pelos movimentos sociais do campo.

Dificuldades de acesso à escola, cultura, e lazer, relacionadas principalmente à curiosidade de uma nova experiência em ganhar seu próprio dinheiro, são alguns dos principais motivos que levam a juventude a deixarem o campo, acreditando que encontrarão melhores condições de vida nas cidades, é o que apontam alguns estudos desenvolvidos sobre a juventude rural. Conforme aponta Castro et al, a migração no meio rural ocorre há muitos anos.

O êxodo rural e a migração são processos antigos no Brasil. Especialmente em contextos de escassez de terras e dificuldade de reprodução dos agricultores, a migração sazonal tem sido uma estratégia de reprodução familiar e revela-se uma prática antiga dos agricultores, como meio de complementar a renda familiar (CASTRO et al, 2009, p. 56),

⁹ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

O processo de expulsão dos camponeses e principalmente da juventude para os centros urbanos, sofre uma crescente aceleração na década de 1960, com o processo de modernização conservadora da agricultura, da introdução da revolução verde¹⁰. Esse período é marcado pelo incremento de um pacote tecnológico desenvolvido pós Segunda Guerra Mundial (1945) importando as sobras de guerra (veículos, caminhões, pontes metálicas, entre outros), bem como transferindo tecnologia bélica para a agricultura, como no caso dos tratores que incorporaram diversos conhecimentos advindos dos tanques de guerra. Além da transferência do nitrogênio estocado, antes destinado a formulação do TNT, passaram a compor o adubo sintético NPK.

Desta forma, este modelo de agricultura, estabeleceu um forte processo de convencimento ideológico dos camponeses, apontando os centros urbanos como sendo superiores (mais avançados) ao campo, desestimulando-os enquanto classe. Como registrado por Castro et al, foi um dos fatores mais determinantes na migração da juventude para os centros urbanos,

Os identificados como jovens e rurais (Wanderley, 2007) seriam aqueles que vivenciam o que podemos denominar duplo “enquadramento”. Por um lado, sofrem com as imagens pejorativas sobre o mundo rural e as consequências dessa desvalorização do mundo rural no espaço urbano – ou seja, a associação do imaginário sobre o “mundo rural” ao atraso e a identificação dos jovens como roceiros, peões, aqueles que moram mal. Por outro, no meio rural, muitas vezes são deslegitimados por seus pais e adultos em geral, por serem muito urbanos (CASTRO et al 2009, p. 39).

Diante desse processo de “desocupação” do campo, voltado principalmente para a juventude, percebe-se que os jovens acabam sendo desmotivados dentro do seu próprio espaço, mesmo por seus familiares, assim como, de modo geral, as pessoas mais velhas e a própria comunidade onde esses indivíduos moram.

3.2 OS JOVENS NO MST

O nascimento do MST, em meados da década de 1980, deu-se através de pessoas dispostas a lutar por uma sociedade diferente, aonde não haveria opressores nem oprimidos. Estas pessoas dispostas à transformação, eram em sua maioria jovens, que viam na luta, a possibilidade de uma mudança desta sociedade, mas principalmente da reforma agrária brasileira.

Como aponta Martins:

¹⁰ A Revolução Verde foi concebida como um pacote tecnológico – insumos químicos, sementes de laboratório, irrigação, mecanização, grandes extensões de terra – conjugado ao difusionismo tecnológico, bem como a uma base ideológica de valorização do progresso (CALDART, 2012).

[...] a juventude esteve presente na própria constituição do MST, pois muitas das lideranças que contribuíram para forjar o Movimento eram jovens ligados sobretudo à militância na Igreja Católica. Nos anos 1990, com a consolidação dos acampamentos e assentamentos, formaram-se jovens com características diferenciadas, que participaram das primeiras ocupações ainda na infância. A partir de meados da década de 1990, emergem questões internas de demandas dessa juventude por escolarização, trabalho, lazer, participação nas decisões e, especialmente, pela necessidade de continuidade na luta do Movimento (MARTINS, 2009, apud JANATA, 2012, p. 27).

Não diferente de outros períodos da história do Brasil, a juventude rural nos dias atuais, enfrenta grandes dificuldades na falta de políticas públicas voltada para o campo. Entre essas dificuldades, podemos citar, falta de acesso ao esporte, lazer, cultura, educação, saúde, moradia. Outro aspecto em que a juventude rural se esbarra ao se tratar de dificuldades encontradas no campo, são o acesso ao trabalho e a renda obtida através dele.

Para o MST, é direito de todos o acesso à terra, bem como dela retirar seu próprio alimento e as condições básicas para a permanência sobre ela.

O MST tem como proposta, o modelo de produção baseado na agricultura camponesa, que vai na contramão do capitalismo, que tem como modelo de produção, o agronegócio. Isso evidencia-se, partindo do ponto de vista político e ideológico, a luta por apoiar-se em um olhar de sociedade que se estabeleçam as bases para o sustento de cada modelo. O que para o MST:

Há um embate vital de valores que fará diferença no desenlace das lutas do momento atual. Quanto mais as contradições fundamentais do modo de produção capitalista se acirram, correndo o risco de serem percebidas por mais gente, fica ainda mais forte a investida de legitimação do sistema no plano cultural e ideológico. O neoliberalismo produziu e usa como armas alguns pilares fundamentais de defesa do capitalismo: *individualismo, consumismo e cultura de ganância, presenteísmo, hedonismo insensato* (culto absoluto ao prazer, individual e imediato). Quem orienta sua vida por esses valores (para nós, antivalores) não se formará como lutador social e construtor de uma sociedade fundamentada em parâmetros socialistas de relações sociais humanas (MST, 2014, p. 119).

Percebe-se que essa investida ideológica, está voltada para todas as gerações, mas entende a juventude como alvo prioritário, por se tratar de um período da vida dos jovens que passa por um processo de construção de identidade e autoafirmação.

Desta forma, observa-se que o MST vem realizando trabalhos de bases nos assentamentos e acampamentos da reforma agrária, sobre as condições de permanência da juventude nesses espaços. Abaixo, pode-se observar as principais linhas políticas postas no Seminário Nacional do Plano Nacional de Juventude:

1 – A partir da promoção e fortalecimento do desenvolvimento territorial rural e, considerando-se as diversas realidades do campo e da agricultura familiar (extrativistas, quilombolas, ribeirinhos e demais comunidades tradicionais), a necessidade de promover um novo modelo de desenvolvimento que seja sustentável do ponto de vista ambiental, social, econômico e cultural, garantindo a permanência dos jovens no campo

e a sucessão hereditária da agricultura familiar; valorizando e apoiando as diversas formas de produção familiar, intensificando o processo de reforma agrária e regularização fundiária, incentivando pesquisas e auxílio técnico diretamente para o meio rural; combatendo, assim, a visão pejorativa sobre a cultura do campo, e construir políticas públicas para a juventude rural respeitando suas especificidades e diversidades;

2 - Garantir o acesso à educação, formação e capacitação do jovem e da jovem rural por meio das seguintes ações do Poder Público: – erradicação do analfabetismo entre os jovens rurais com garantia de seu ingresso posterior nos demais níveis de ensino e revisão do atual modelo com preferência para o ensino formal e público [...];

3 - Garantir o acesso à terra ao jovem e à jovem rural por meio da reforma agrária, cobrando dos entes federativos o cumprimento e ampliação das metas do II Plano Nacional de Reforma Agrária. Possibilitando, por meio desse, que a juventude na faixa etária de 16 a 32 anos, seja incluída no cadastro do Incra independente do estado civil, e em especial as jovens rurais (MST, 2006, s/p).

Assim, o MST busca proporcionar às suas “massas” formações políticas, ideológicas e técnicas para um novo projeto de sociedade, visando à formação de novas lideranças e a construção de uma nova sociedade, justa e igualitária a todos. Porém muitos jovens da COOPERUNIÃO acabam não levando em consideração todas as oportunidades disponibilizadas pelo MST para sua formação política, social ou técnica e acabam por vez saindo do assentamento e mesmo se desvinculando do próprio Movimento Sem Terra.

Um elemento importante é a própria valorização de “ser do campo”, pela autoestima daqueles que vivem no campo. E também pelo acesso e uso fruto dos saberes desenvolvidos pela humanidade em favor de uma vida digna no campo. E é dessa maneira que precisamos avançar nas políticas públicas, para que a juventude seja protagonista e ajude no processo de renda das famílias. Que contribua na teoria e na prática das experiências de educação e escolarização em nossos assentamentos (JORNAL DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2011).

A juventude Sem Terra, nos últimos anos, vem tornando-se protagonista de suas lutas e conquistando espaços dentro do movimento, bem como se reconhecendo enquanto classe e a sua importância na continuidade da luta pela terra.

3.3 JUVENTUDE DO ASSENTAMENTO CONQUISTA NA FRONTEIRA

A história deste assentamento começa a ser construída já nos acampamentos do MST. Com o objetivo de formar um assentamento onde tudo (trabalho, infraestruturas, organização, terra, etc.) pertenceria a um único coletivo e a juventude com um espírito de mudança “radical” da sociedade, se desafiavam a travar esta batalha.

No assentamento Conquista na Fronteira, a juventude que conquistou a terra também conquistou a moradia, a escola e o trabalho.

No início deste assentamento, a maioria das pessoas estavam na “fase” jovem da vida, alguns recém-casados, alguns já casados com filhos e outros ainda solteiros. Destes alguns já vinham com alguma experiência da vivência e trabalho coletivo no acampamento e outros no

seu primeiro contato com esta forma de se organizar coletivamente. Também neste contexto muitos jovens já estavam na “linha de frente” no processo de organização, atuando nas atividades para o funcionamento do acampamento e mesmo nas comunidades que participavam antes de se inserirem na luta pela terra.

Com o passar dos anos, essa mesma juventude foi crescendo, amadurecendo e envelhecendo. No decorrer de quase 30 anos de história, essa juventude buscou construir sonhos para a nova geração de jovens que se constituiria nos próximos períodos.

A juventude do assentamento sempre buscou se auto organizar. No ano de 1995 a Cooperativa contava com aproximadamente 45¹¹ jovens. Com o passar dos anos, essa juventude foi se reestruturando com novas caras, novos objetivos e novos anseios, mas sempre se organizando para a permanência dos jovens no Assentamento.

Desta forma no ano de 2006 essa juventude consegue formar o grupo de jovens Sidnei Scher¹² que, conforme consta no Regimento Interno do Grupo de Jovens, tem como objetivos:

[...] fortalecer a identidade dos jovens Sem Terra do Assentamento Conquista na Fronteira. Proporcionando momentos de formação e lazer, visando à permanência dos jovens em nossa Cooperativa.

Participar como instância, nos momentos de discussões referentes aos jovens e assuntos ligados a Cooperativa e aos Movimentos Sociais do campo. Buscando a formação da consciência política e ideológica para a participação ampla de todos os jovens.

Fortalecer, resgatar e vivenciar os valores e princípios da nossa organização enquanto assentamento e MST (REGIMENTO INTERNO GRUPO DE JOVENS, 2012, p. 1).

O grupo de jovens do Assentamento é formado por jovens com idade superior aos quinze anos. Este limite de idade é estipulado por se entender que até esta idade os “pré-adolescentes” estão inseridos nas atividades dos Sem-Terrinhas¹³ e ainda não estarem “preparados” para atividades com um nível de formação mais avançada. Conforme aponta o Regimento Interno do Grupo de Jovens:

Todos os jovens a partir dos 15 anos de idade serão convidados a participar do grupo de jovens, exercendo todos os direitos e deveres estabelecidos no grupo e na Cooperativa. O público alvo do grupo de jovens será os jovens solteiros. Porém sem restrições a quem queira participar dos momentos proporcionados pelo mesmo. A coordenação do grupo de jovens fará uma discussão política com os casados que queiram participar do grupo, entendendo que os mesmos são uma família da Cooperativa e tem-se em nosso

¹¹ Dados da COOPERUNIÃO.

¹² Jovem integrante do Assentamento Conquista na Fronteira morto em um acidente de trânsito. Este foi homenageado pelo grupo de jovens, o qual carrega seu nome.

¹³ O nome Sem Terrinha surgiu por iniciativa das crianças que participaram do Primeiro Encontro Estadual das Crianças Sem Terra do Estado de São Paulo, em 1996. Elas começaram a se chamar assim durante o encontro e o nome acabou sendo incorporado à identidade das crianças que participam do MST em todo o Brasil. (RAMOS apud ROSSETTO, 2016, p.166)

regimento políticas/discussões diferenciadas para os casados e os demais jovens (REGIMENTO INTERNO GRUPO DE JOVENS, 2012, p. 1).

É de livre e espontânea vontade de cada jovem optar por estar participando ou não do grupo, porém seguindo algumas definições, conforme consta no Regimento Interno da Cooperativa (2016, p.5), “o grupo de jovens terá a participação de todos os jovens do assentamento, desde que cumpram com as normas estabelecidas pelo grupo, discutidas nos núcleos de base e aprovadas em assembleia geral da cooperativa”. Depois de inserido ao grupo, o novo integrante terá os mesmos deveres e direitos dos demais integrantes.

No coletivo, o grupo jovem está organizado da mesma forma que as demais comissões do assentamento. O grupo tem seu próprio regimento, onde estão estabelecidos os deveres e direitos dos participantes do grupo. Também se realiza um planejamento anual, este por vez tem como objetivo definir as atividades a serem desenvolvidas e as metas a serem alcançadas ao longo de todo o ano. Ao final de cada ano, ocorrerá a avaliação do mesmo. Desta forma apontando os avanços e os retrocessos do grupo.

Os jovens desenvolvem as mais diferentes atividades e, entre elas estão os trabalhos voluntários. Estes trabalhos são desenvolvidos na comunidade (roçadas, limpezas, embelezamento, ornamentação), nas trilhas das cachoeiras, no aviário das artes.

O assentamento Conquista na Fronteira desde a constituição do coletivo, sempre foi referência em termos de organização coletiva de produção e trabalho. Com isso, os responsáveis em dar continuidade nesse processo são os jovens (filhos e filhas) integrantes do assentamento. Entendendo a importância da participação no trabalho produtivo da cooperativa, para a formação da consciência camponesa, todo o jovem ao completar 12 anos de idade poderá inserir-se nas atividades, perante o consentimento dos pais. Caso o/a jovem não ingressar na produção da cooperativa, o mesmo terá restrições em determinadas atividades dentro do coletivo, conforme consta o Regimento Interno da Cooperativa:

O jovem que não ingressar na produção com 12 (doze) anos perderá o direito a materiais escolares e terão que pagar almoços nas promoções. A partir de seu ingresso, receberá a porcentagem inicial estabelecida neste regimento no primeiro ano. Todo o jovem que participar do processo produtivo fará parte da distribuição de renda e subsistência conforme seu aporte de trabalho a cooperativa¹⁴ (REGIMENTO INTERNO DA COOPERATIVA, 2016, p. 12).

Desta forma, as crianças são inseridas nas atividades de produção já nos anos iniciais de escolarização. Da primeira à quarta série os alunos ainda estão matriculados na escola do

¹⁴ Aos 12 (doze) anos 50% (cinquenta por cento); 13 (treze) e 14 (quatorze) anos 60% (sessenta por cento); 15 (quinze) e 16 (dezesesseis) anos 80% (oitenta por cento) a partir de 17 (dezessete) anos 100% (cem por cento). (Regimento Interno da Cooperativa, 2016. p. 13).

assentamento, sendo assim desenvolvem atividades e planejamentos semelhantes aos realizados pelos pais na cooperativa, o que lhes forjam ao gosto pelo trabalho desde pequenos.

4. SAIR OU FICAR: O DILEMA DA JUVENTUDE DO ASSENTAMENTO

Os jovens do campo sempre foram alvo de insinuações pejorativas diante da sociedade, fazendo com que seu desligamento do campo se acentue cada vez mais. Desta maneira, os jovens Sem Terra também acabam sofrendo essa influência, por vez, de forma mais agravante, por estarem ligados ao MST, que constantemente sofre com ataques da sociedade, que tentam denigrir a imagem do movimento.

Para compreendermos o cotidiano dos jovens Sem Terra no assentamento Conquista na Fronteira, abordaremos neste capítulo, quais os motivos que levam os jovens a se desvincularem do coletivo, pois há uma preocupação relacionada à essa problemática, e para isso, precisamos refletir o que de fato motiva esse público a deixar o campo e viver nas cidades. Mas também se faz necessário pensarmos estratégias para possibilitar melhores condições de vida para a juventude. Bem como os seus desafios para que possam fazer desse espaço um lugar de luta e resistência, podendo permanecer e dar continuidade nessa experiência de trabalho, vivência e cooperação coletiva desenvolvida em quase três décadas de história.

4.1 OS MOTIVOS DA DESVINCULAÇÃO DO COLETIVO

Para tentarmos compreender o êxodo rural dos jovens integrantes do assentamento, e sua magnitude nos impactos sociais, políticos, produtivos e econômicos da cooperativa, buscamos, por meio da aplicação de um questionário semiestruturado, apontarmos, o que os jovens, as pessoas mais velhas e dirigentes do assentamento, assim como o MST tem pensado a respeito desta desenfreada saída dos jovens para os centros urbanos.

Como integrante desse coletivo, pude observar no dia a dia e através das entrevistas, a preocupação das pessoas, relacionado ao tema da migração da juventude para os centros urbanos. No decorrer de todos esses anos de lutas e conquistas do assentamento, o mesmo se torna referência nacional e internacional na experiência de organização coletiva. Segundo dados registrados pela COOPERUNIÃO, nos seus trinta anos de existência, receberam visita de mais de 60 países, dos mais diversos lugares do mundo. E constantemente recebem caravanas de visitas afim de conhecer essa organização coletiva, conforme figura 8, a seguir.

Figura 8 - Caravana de estudando conhecendo o assentamento Conquista na Fronteira



Fonte: Arquivo pessoal da COOPERUNIÃO, 2016.

Ao mesmo tempo em que, pessoas do mundo inteiro se espelham nessa experiência, notamos que os assentados, de modo geral, no seu dia a dia acabam deixando “passar em branco” a proporção que essa experiência tomou diante à sociedade, pois se torna rotineira as atividades dessa experiência que bate de frente ao modelo capitalista instaurado nessa sociedade. Podemos entender esse processo como um descuido com a formação política-ideológica dos assentados. Isso fez com que parte dos integrantes do assentamento perdessem a sua pertença, a mística das mudanças, das transformações, perde energia, a ideia da revolução e do socialismo, que tinham com o MST. Desta forma, acabam por vez não mais participando das atividades do coletivo, ocasionando de certa forma conflitos sociais internos ao assentamento. Ao ponto que a falta de formação para com os associados, acaba também desestimulando os jovens, que por consequência, acabam abandonando o coletivo. Ao percebermos que os assentados perdem a dimensão dessa experiência política na sua forma de organização, podemos apontar que essa monotonia das atividades diárias, esteja fortemente atrelado à saída dos jovens do assentamento.

Neste contexto, notoriamente, percebe-se que a preocupação com a saída dos jovens, não se associa apenas a continuidade das atividades do coletivo, mas também, com a valorização de todo um processo de construção social, política e ideológica deste coletivo,

decorrido em todos esses anos. Entendendo que, a motivação da saída desse público, não são as incompatibilidades com as propostas adotadas pelo coletivo para sua funcionalidade. Pois nota-se uma relação íntima desses jovens que já saíram, para com o coletivo. E isso se evidencia na fala de João, ao comentar que os jovens constantemente visitam o assentamento:

Apesar dessa juventude sair, mas as famílias deles ficam aqui, então no final de semana ou nos feriados, eles acabam vindo passar aqui, junto com seus familiares. [...] Talvez ele (o assentamento) não seja bom para viver, mas é um lugar aonde eles vêm para descansar e distrair a cabeça, acho que se sentem bem também nesse lugar (JOÃO, entrevista realizada em 20 de mar. 2018).

Essa afinidade, pode ser notada no dia a dia, mas principalmente nos finais de ano, onde a maioria dos jovens que saíram, retornam para o assentamento, seja para visitar seus familiares, amigos ou até mesmo para passar suas férias, onde muitos destes, inserem-se voluntariamente nas atividades da cooperativa e, para os que saíram mas continuam morando perto do assentamento, estes frequentam a comunidade com maiores frequências.

Desta forma, evidenciamos, tanto na participação das atividades do dia a dia com as famílias, como nas entrevistas realizadas para elaboração deste trabalho, que alguns dos fatores determinante para os jovens optem em se desvincular do coletivo, o que pode ser entendido como sendo necessidades individuais e pontuais, são a busca pelo ingresso à universidade, os conflitos de gerações e a busca por uma renda melhor.

4.1.1 Renda: um conflito ao êxodo do/no assentamento

Quando falamos dos jovens de um modo geral, logo os associamos com rebeldia, com as transformações, com sonhos, anseios e incertezas. E isso tudo por ser um período da vida das pessoas em que as energias estão “à flor da pele”. Neste aspecto, a juventude do assentamento não se difere dos demais jovens da sociedade e essas mesmas características se expressam nos jovens assentados. O que neste sentido, podemos, perceptivelmente, dizer que esse motivo está, fortemente, associado a desvinculação dos jovens do assentamento, que saem na busca do “novo”, para desfrutarem de novas experiências, de conhecer novas pessoas, novos lugares, e até mesmo acreditando que a cidade possa ser um ambiente melhor para se viver, conforme podemos observar na fala de João, sobre a busca da juventude em experimentarem coisas que sejam novas para eles.

[...] Saem à procura de uma vida melhor, até para conhecer como que é lá fora, por que desde que chegaram na Cooperunião, desde pequeno sempre trabalharam aqui, então o desejo de conhecer lá fora, o desejo de saber como que é, então, dessa forma que a gurizada sai (JOÃO, entrevista realizada em 20 mar. 2018).

Neste contexto, aproveitamos para tecer a crítica as políticas neoliberais¹⁵ e aos meios de comunicação de forma geral, pois exercem um papel, fundamentalmente negativo sobre a juventude, os fazendo acreditar que o campo venha a ser um lugar ruim de se viver. Nessa falsa promessa de acesso fácil às tecnologias, assim como, mascarando a ideia de mais diversões às quais não se consegue acessar no campo, bem como uma ilusória propagando que a cidade é o lugar aonde se pode ter tudo. O que por vez, acabam se tornando um dos motivos que levam o jovem a buscarem uma vida fora da sua realidade. Claramente percebemos essas dificuldades enfrentadas na cidade, na fala de Pedro, um dos jovens que se desvinculou do coletivo;

Nós que já saímos, sabemos como é difícil fora, o que tu tens que passar para você conquistar alguma coisa. E muitos jovens que estão lá, eles acabam se espelhando muitas vezes em nós e tendo uma falsa impressão de que nós que estamos aqui fora, estamos melhor que eles que estão lá dentro, por que muitas vezes nós pegamos nosso “salarinho” e acabamos comprando coisas supérfluas e que lá dentro muitas vezes eles não compram, por que não tem acesso a isso. Ou muitas vezes nós viemos para fora do assentamento e financiamos um carro por exemplo, em 48 vezes, vamos pagar dois carros, mas quando nós voltamos lá para dentro [no assentamento] para visitar, a gente acaba passando essa imagem que fora, o acesso é muito mais fácil. Mas quando eles olham para um jovem de fora, eles não conseguem ver que tu paga aluguel, que teu carro é financiado, que tua roupa está parcelada nos cartões de crédito. E isso é uma coisa que eu tendo deixar bem claro quando eu volto para lá, que nem tudo o que eu tenho, ou que as coisas que aparento ter, são meus (PEDRO, entrevista realizada em 15 mar. 2018).

A falta de dinheiro para os jovens do meio rural sempre foi um limitante para sua permanência no campo, contudo, essa problemática vem se acentuando nos últimos anos. A crescente oferta de produtos disponibilizados pelo capitalismo diariamente, fazem com que cada vez mais os jovens busquem ter acesso aos bens que lhes chamem a atenção que por vez, muitos não são necessariamente o que eles realmente necessitam.

No assentamento, a baixa renda monetária recebida pelos assentados, faz que muitos desses acabem se desvinculando do coletivo. O que de maneira geral, pode ser observado, tanto para os jovens como para as pessoas “mais velhas” a remuneração recebida no assentamento é baixa e que precisa ser melhorada, pois acreditam que, com uma renda melhor, eles poderiam sair mais para conhecerem lugares diferentes, poderiam viajar mais vezes, pois desta forma o financeiro torna-se um fator limitante.

Na minha avaliação o que faz com que eles vão embora é a situação econômica. [...] A renda é uma coisa que é baixa para nós. Eu vejo assim, muito poucos que queiram ficar aqui, parece que a maioria não quer ficar. [...] Nós viemos numa crise econômica, já

¹⁵ É utilizado, em geral, para denotar a adesão à doutrina liberal de tradição anglo-saxã que afirma ser a liberdade do indivíduo dentro da lei a melhor forma de alcançar, por meio de métodos pragmáticos, a prosperidade e o progresso. O cerne dessa noção é a defesa do capitalismo de livre mercado. O Estado somente deve intervir para restabelecer a livre concorrência econômica e a iniciativa individual (Leber, Roberto; Motta, Vânia Cardoso da, 2012. In Castro et al, 2012).

vem se arrastando a um tempo, então, essa é uma questão também que bate forte nos jovens, né? Mas que é possível reverter isso, com certeza. [...] Estamos em crise, temos que está bem atento para prosseguir firme no trabalho coletivo e a gente vem trabalhando nesse sentido, né? (ALEX, entrevista realizada em 14 mar. 2018).

A Cooperativa sempre remunerou seus associados, pelas horas de trabalho que prestam para a mesma durante o mês e o ano. Nesse sentido, todos os associados são remunerados de forma igualitária. O que difere os valores de cada pessoa é a quantidade de horas trabalhadas e a porcentagem de cada sócio.

Atualmente a distribuição da renda às famílias se dá em dois momentos: ao final de cada mês e ao final de cada ano agrícola. Segundo dados fornecidos pela COOPERUNIÃO, somando as rendas mensais e a anual, cada família recebe em média 1,7 salários mínimos, considerando uma família com três integrantes recebendo 100% das horas trabalhadas. Considerando que este valor recebido pelas famílias é líquido, sendo que já estão descontados os gastos com alimentação, energia elétrica e outros gastos da família. Para Dalmagro esse processo ocorre da seguinte forma:

Os acertos financeiros com os associados funcionam da seguinte forma: todas as horas de trabalho empregadas na cooperativa no período de um ano são computadas e divididas pela arrecadação total desse mesmo ano, isto dá o valor da hora/trabalho. Somam-se as horas trabalhadas de cada pessoa, multiplicadas pelo valor da hora. Isto resultará no valor a que cada trabalhador tem direito. Portanto, o valor da hora/trabalho pode variar a cada ano, em conformidade com a renda adquirida pela cooperativa. [...] Do valor que cabe a cada associado são diminuídos os produtos da subsistência que cada família adquiriu e eventuais adiantamentos financeiros (DALMAGRO, 2002, p. 82).

Por vez, para os jovens o valor recebido mensalmente ainda é baixo, uma vez que quando saem do assentamento para comprar bens (roupas, aparelhos eletrônicos, entre outros) de interesse pessoal, acabam se esbarando em mercadorias com preços altíssimos, aonde muitas vezes precisam parcelar em várias vezes para poder ter acesso a esse bem de consumo.

Apesar da forte enxurrada de falsas informações passadas diariamente à sociedade de modo geral pelos meios de comunicação, ainda existe muitos que tentam resistir no campo, e neste público, enquadram-se os jovens, os quais buscam formas de superar a tentação que querem nos empurrar “goela abaixo”. Os jovens inseridos nos movimentos sociais, acabam muitas vezes sendo os mais atingidos, por estarem inseridos em um projeto de classe, oposta ao modelo capitalista. Desta maneira, observamos que, apesar de serem julgados como pessoas atrasadas na sociedade, ainda há jovens no assentamento que buscam permanecer nesse modo de vida camponês, conforme percebe-se na fala de Alex, ao ser indagado sobre sua possível saída do assentamento:

“Nosso (dos jovens) interesse é continuar a morar aqui, a resistir com essa organização, e contribuir para que outras pessoas cheguem nessa terra, as pessoas que não tem esse espaço que a gente já tem, acho que para nós é se concentrar em manter essa organização coletiva e trabalho com a terra (ALEX, entrevista realizada em 14 mar. 2018).

A resistência ao este sistema capitalista, deve permear de forma a encontrar saídas que possam auxiliar a permanência dos jovens no campo.

4.1.2 Conflitos de gerações

Um dos problemas que se tem observado fortemente no meio rural, são as relações de hierarquia nas famílias e as diferenças de ideias que existem entre os “mais velhos” e os jovens, o que acaba influenciando na saída dos jovens do campo. Essa relação de “controle” sobre os jovens, por vez acabam desvalorizando-os, os fazendo pensar que são incapazes de ser responsáveis por determinadas tarefas e sim apenas capazes de executá-las. Castro et al, afirma que:

Jovem rural carrega o peso de uma posição hierárquica de subalternidade, ou seja, uma categoria percebida como inferior nas relações de hierarquia estabelecidas na família, bem como na sociedade. Essa posição está, ainda, marcada por um contexto nacional de difíceis condições econômicas e sociais para a pequena produção familiar (CASTRO et al, 2009, p. 39).

Castro et al, ainda relata sobre essa problemática dentro dos movimentos sociais:

[...] os jovens continuam a enfrentar tensões nos próprios movimentos sociais, [...] que também contribuem para tensões que podem gerar a saída do jovem do campo. Ser jovem nos movimentos sociais carrega limitações quanto ao espaço de participação, quanto à possibilidade de *ser ouvido*, quanto à dificuldade de poder se colocar em um espaço de decisão. As formas de auto-organização através da identidade juventude rural têm igualmente se apresentado como um caminho para se enfrentar essa questão (CASTRO et al, 2009, p. 195).

Diferentemente das propriedades familiares tradicionais, no assentamento, essa questão não é abordada como uma problemática familiar, e sim como um ponto fraco do coletivo, onde que, é por meio das instâncias de discussão que são encaminhadas as atividades do assentamento.

Algo que pôde ser observado durante os momentos de entrevista, que de forma indireta, foram abordadas pelos entrevistados, há um certo entrave entre as pessoas “mais velhas” e os jovens. Ao longo da história do assentamento, muitas lutas foram travadas e muitas vitórias foram conquistadas com muito esforço, sacrifícios e estudos. Neste sentido, as pessoas “mais velhas”, sentem, e sem perder a razão, um grande orgulho e apego pelo que conquistaram nestes anos de luta. Por vez, todo esse esforço é amplamente reconhecido pelos jovens, que sabem as

dificuldades e desafios enfrentados por essas famílias para conseguir estruturar o coletivo, da forma que se encontra nos dias de hoje. Por outro lado, os jovens querem também, fazer parte dessa história, mas apropriando-se de novas técnicas, que venham a contribuir na continuidade construtiva desse coletivo. Podemos observar na fala de João, quando indagado sobre a formação política ideológica dos jovens do assentamento, onde o mesmo fala da importância das novas ideias que a juventude pode apontar, que são totalmente diferentes das pessoas que ocuparam o assentamento e que as ideias da juventude devem ser acrescentadas nas ideias dos primeiros que chegaram no assentamento.

[...] acho que temos que também aprender a ouvir a ideia nova, né? Acho que a juventude, ela tem outra “bagagem” totalmente diferente dos primeiros que começaram o assentamento, talvez tenha uma outra visão, até por que antigamente a gente tinha muita pouca tecnologia, né? Era mais no que as pessoas, as famílias que chegaram aqui sabiam, era o que eles tinham de vivência lá nas suas raízes, onde eles começaram, e hoje com a chegada da tecnologia, a juventude também tem ideias que podem ser acrescentadas, junto com essa ideia dos primeiros que chegaram, pra nós fazer essa construção do novo [...] (JOÃO, entrevista realizada em 20 mar. 2018).

Perceptivelmente a juventude tem mais facilidade com as novas tecnologias, o que faz com que essas diferenças se acentuem, fazendo com que em certas ocasiões gere momentos de tensões. Mas por outro lado, mesmo que timidamente, observou-se a preocupação dos jovens, assim como dos “mais velhos” em buscar formas de superar ou mesmo de conciliar essas divergências geracionais. Exemplo disso, que pôde ser notado no período de observação, foi a interação dos “mais velhos” nas atividades desenvolvidas pela juventude, assim como a juventude participando nos espaços de socialização das lutas que eles vivenciaram ao longo da vida.

4.1.3 O Sonho do ingresso à universidade

A educação é um instrumento importante no projeto de vida dos jovens.

Como integrante do assentamento há mais de 15 anos, pude observar que o estudo e a formação das pessoas são tratados com prioridade. Como abordado no primeiro capítulo, a construção de um espaço para que as crianças pudessem estudar, foi prioridade no começo do assentamento, assim como a formação do setor de educação, o qual teria o compromisso de organizar e construir uma escola que atendesse as filhas/os dos assentados/as. Mas não uma escola qualquer, deveria ser uma escola diferenciada, onde as crianças pudessem se identificar enquanto crianças Sem Terra e seguissem os princípios da organização coletiva. “Com quatro anos de idade, iniciei meus estudos na escola Construindo o Caminho, onde discutíamos e

trabalhávamos o funcionamento da escola que era organizada da mesma forma que a cooperativa das famílias” (Maria, entrevista realizada em 14 mar. 2018).

A escola Construindo o Caminho, tem como limitação, atender apenas as séries iniciais do ensino fundamental, desta forma, para que os alunos possam continuar seus estudos, devem se deslocar até uma outra escola, numa comunidade distante, onde o ensino é trabalhado do modo tradicional. “Com onze anos, mudei de escola e a nova escola era muito diferente, tinha muita gente e os professores ainda não entendiam muito bem a nossa realidade” (Maria, entrevista realizada em 14 mar. 2018). A dificuldade em adaptar-se com uma nova realidade, nunca foi limitante no aprendizado dos alunos do assentamento, pois os mesmos sempre se destacaram nos estudos, obtendo boas notas, sendo exemplo de disciplina e sempre à frente nos grupos estudantis. Após a conclusão do ensino médio, muitos acabam aguardando uma oportunidade de inserir-se em um curso de nível superior, oportunizadas pelos movimentos sociais em parceria com as universidades, mas muitas vezes isso acaba não se concretizando.

Observando o cotidiano dos jovens no assentamento, pode-se afirmar que o interesse em entrar na universidade é grande, porém muitos se esbarram nas limitações de cursos disponibilizados pelo MST e mesmo pelo assentamento. Neste sentido, Marcos relata sua ansiedade em cursar uma faculdade e está, por vez, não era disponibilizada pelo MST no momento, mas que para isso, não era uma decisão que ele tomaria individualmente.

O que me levou a sair do assentamento na época foi cursar, fazer o curso de agronomia, né? E a maior influência, [...] a gente conversou na família, né? Não foi uma decisão tomada sozinha, foi com meus pais, meus irmãos, né? Para tomar essa decisão de sair e para estudar. A maior influência foi a busca pelo estudo, pelo conhecimento né? É, sempre tinha um, “a ano que vem vai abrir um curso, talvez e tal”. Então, a gente sempre participou de muita formação no MST, mas, formação técnica, vamos dizer assim, ou formação de graduação era muito difícil, sempre limitado isso, né? [...] O que mais me motivou a sair foi isso, né? (MARCOS, entrevista realizada em 15 de mar. 2018).

Ainda podemos observar algumas outras limitações encontradas pelos jovens do assentamento para acessar a universidade. Apesar do mesmo, tratar com prioridade a formação de sua base, algumas áreas de estudos não são avaliadas como sendo relevantes para o coletivo. No relato de Pedro, podemos observar claramente isso e novamente podemos observar que a decisão de sair, não é tomada de forma isolada,

[...] numa tarde eu conversei com o [...] que era presidente na época do assentamento, quando ele ajudava a coordenar, e ele foi bem claro, que esse curso dentro do assentamento não ia ter a oportunidade, então foi quando eu decidi que eu tinha que sair do assentamento, né? Eu já estava com vinte anos na época, fazia três anos que eu já tinha me formado no ensino médio, então numa conversa em família, [...] eu acabei saindo do assentamento e indo para São Miguel, para fazer um curso de técnico em administração. Não era as ciências contábeis que eu queria, mas era um vínculo para

depois eu pudesse fazer o curso de ciências contábeis, né? (PEDRO, entrevista realizada em 15 mar. 2018).

As dificuldades enfrentadas pelos jovens no assentamento para conseguirem ingressar em uma universidade, fazem com que muitos acabem optando em se desligar do coletivo para alcançarem esse objetivo, porém, como podemos notar na fala de ambos os jovens, essa decisão nem sempre é “tomada” individualmente e sim em conjunto com os familiares.

Neste contexto podemos observar que os jovens buscam por formações as quais seus pais não tiveram a oportunidade de ter acesso. Sendo assim, acabam se afastando do quadro social da cooperativa. Para muitos dos pais, os filhos devem ter um nível de estudo “melhor” que eles tiveram quando jovens, pois somente assim, “serão alguém” na vida. Esse pensamento, associado à influência dos meios de comunicação, fazem com que os jovens acreditem que precisam conseguirem um bom emprego para que sejam pessoas “bem” sucedidas na vida, o que de forma indireta, pode-se entender que seus pais foram pessoas “fracassadas”.

No dia a dia do coletivo, ouvia-se dos jovens, que se um dia fosse sair do assentamento, seria para poder fazer algum curso que o MST não disponibiliza. Pois, o interesse em realizar um curso de nível superior, é algo almejado por uma boa parcela dos jovens, conforme podemos observar na fala de Pedro:

A principal dificuldade mesmo, que eu elenco, é a questão do acesso ao conhecimento, ao estudo, a uma graduação, eu saí de lá por causa disso e na época que sai, inclusive dizia que ia voltar para o assentamento, então, sai dizendo muito isso, e a vida da gente vai tomando outros caminhos que as vezes não está sobre nosso domínio (MARCOS, entrevista realizada em 14 mar. 2018).

Ao sair para ingressar à universidade, muitos acabam se formando e tomando outros rumos e por vez, acabam não retornando para o coletivo, como podemos observar na fala de João, ao fazer uma crítica aos jovens que, após formados não retornam para contribuir no assentamento. “Um dos motivos que levam o jovem a se retirar do assentamento, são aqueles que saem para estudar, as vezes acabam se formando e não retornando para a cooperativa, pra estarem contribuindo com o desenvolvimento”. (JOÃO, entrevista realizada em 20 mar. 2018). Desta forma, fica evidente que o assentamento necessita de pessoas com capacitações técnicas que possam contribuir para mudanças e possíveis melhoras no coletivo.

4.2 A LUTA PELA PERMANÊNCIA NO ASSENTAMENTO

Aos jovens que permanecem no assentamento, cabe a tarefa de desenvolverem propostas e apontarem saídas que venham contribuir para a sua permanência no coletivo. Sendo uma luta constante na busca de oportunidades junto as direções do coletivo.

4.2.1 Os jovens e sua inserção nos diferentes espaços do assentamento

Trataremos aqui, da inserção da juventude nos processos organizativos e produtivos e, qual o seu grau de envolvimento nas tomadas de decisões dentro do assentamento. Para isso, foi necessário compreender a organização interna do assentamento, que explicamos no primeiro capítulo. Ao passo que conseguimos entender a organicidade interna do assentamento e, a partir das falas dos entrevistados, notamos que a juventude está, de modo geral, participando em todos os processos de tomadas de decisões, aonde todos os jovens a partir dos doze anos de idade ao ingressar no processo produtivo, necessariamente terão de participar das atividades. “Contribuo nas discussões, nas assembleias, núcleos” (MARIA, entrevista realizada em 14 mar. 2018), assim como nas demais instâncias deliberativas do assentamento.

Ao abordarmos o envolvimento e a participação das pessoas nas atividades do assentamento, cabe ressaltar a participação de todos, inclusive das crianças deste local, que desde pequenos se envolvem nos processos de formação proporcionado tanto pelo assentamento quanto pelo MST. Observamos isso durante a entrevista com Alex, quando perguntado sobre sua participação no assentamento,

Eu já nasci no assentamento, né? Então eu já participava do encontro dos Sem Terrinha, das místicas que nós fazíamos na escola, (Escola Construindo o Caminho), nas celebrações da comunidade. Na “escolinha” nós realizávamos atividades iguais as da cooperativa. [...] Depois a minha militância com a juventude (ALEX, entrevista realizada 14 mar. 2018).

Portanto Silva, Felipe e Ramos, trazem a importância da inserção das crianças na participação das mais diversas atividades:

O espaço de coletividade das crianças do campo se constitui na participação no trabalho, nas atividades políticas, culturais e religiosas, na criação de espaços lúdicos, na luta pelos direitos que têm significação para a comunidade e para as crianças, intervindo do jeito delas e com suas presenças nas atividades que compartilham com os adultos. Do coletivo em que as crianças estão inseridas e das relações que esse coletivo estabelece socialmente, resultam aprendizagens que fortalecem a consciência do direito à vida, ao trabalho, à escola, à participação política e do direito de viver plena e dignamente o tempo da infância. Certamente, tal experiência é muito mais densa e profunda quando as crianças estão integradas a movimentos sociais, especialmente aqueles que reconhecem a importância da sua inserção política, lúdica e cultural. (SILVA; FELIPE; RAMOS, 2012, p. 419)

Desta forma, entendemos a importância da participação das crianças nos processos organizativos do assentamento. Assim contribuindo para a formação de uma consciência e pensamento crítico, ao que lhes é de direito.

Ao completarem doze anos de idade, os jovens inserem-se nas equipes de trabalho do assentamento: “[...] Tu passas a contribuir no processo produtivo, né? Quer dizer o que? Tu vai,

meio dia trabalhar e meio dia tu vai estudar, né? E tu recebe 50% do valor da hora que um adulto recebe” (MARCOS, entrevista realizada 15 mar. 2018). A equipe a qual este jovem irá fazer parte, será discutida pelo setor de produção, que levará em consideração a demanda de cada equipe, por vez, esse jovem, irá compor a equipe que necessitar a contribuição de mais pessoas para o desenvolvimento de suas atividades, levando em consideração a força de trabalho desse novo integrante.

Muitos jovens assumem atividades as quais gostam de realiza-las, o que por vez, acabam desenvolvendo com um grau de responsabilidade comparado a de um adulto. Quando perguntado sobre as atividades que desenvolvia no período que morava no assentamento, Marcos lembra da responsabilidade que tinha na equipe que integrava,

[...] então eu fazia isso, cuidava as novilhas, das vacas secas do gado de leite e ajudava no gado de corte e gado individual. [...] eu sempre gostei muito do que eu fazia assim, das lidas que tinha, fazia sempre com muita pertença, com muita responsabilidade e a gente só faz isso com responsabilidade quando tem amor no que está fazendo, quando gosta disso que está fazendo [...] inclusive em alguns momentos hoje, sinto falta disso sim. (MARCOS, entrevista realizada 15 mar. 2018).

Hoje, o assentamento demanda uma maior concentração da força de trabalho na equipe do gado de leite, que, por meio de muitos debates no coletivo, foi destinado como o setor prioritário para a geração de renda no assentamento, seria o “carro chefe” da cooperativa, como os assentados costumam chamar a equipe. Como integrante desta equipe de trabalho, posso aqui, ressaltar a importância da participação da juventude no trabalho desta equipe, que por vez, é composta em sua maioria, por jovens, moças e rapazes que contribuem dia a dia na atividade leiteira. Que se desafiam, “faça chuva ou faça sol, faça frio ou calor”, semanalmente a acordarem as quatro horas da manhã para realizar a primeira ordenha do dia. Desta maneira os jovens mostram interesse nas atividades que desenvolvem dentro da equipe.

Eu gosto de desenvolver o que eu venho desenvolvendo no trabalho lá no gado leiteiro com a parte das bezerras que eu estou de responsável, eu gosto de trabalhar lá e estar desenvolvendo essa questão das homeopatias¹⁶, eu tento sempre estar me envolvendo (nas homeopatias) e está bom assim. (ALEX, entrevista realizada 14 mar. 2018).

Percebemos que os jovens desenvolvem diversas atividades dentro do assentamento. Conforme demanda de trabalho, as pessoas são remanejadas de setores, proporcionando assim,

¹⁶ A homeopatia, é mais que uma simples terapêutica *alternativa* ou especialidade médica, pode ser vista também como um *sistema médico complexo*, incluindo doutrina, semiologia, diagnose e terapêutica, alternativo e *concorrente* à medicina oficial, isto é, como uma racionalidade médica específica, embora partilhando a fisiologia e a anatomia da medicina moderna (LUZ, 2014, p. 33).

o conhecimento em diversas áreas. Ao relatar sobre as atividades que desenvolvia na época em que morou no assentamento, Pedro relembra:

No período que eu morei no assentamento, boa parte dele eu trabalhei com o gado de leite, [...] conforme foi mudando lá o remanejamento das equipes, as vezes a gente desenvolvia algumas outras atividades, né? Trabalhei um tempo no escritório também do assentamento e foi a parte que eu mais gostei, me interessei pelo trabalho, né? Gostava de trabalhar em todos os setores que trabalhei, sempre me dediquei assim. (PEDRO, entrevista realizada 15 mar. 2018).

Assim como na equipe do gado de leite, nas outras equipes de trabalho, os jovens também se fazem presente, desenvolvendo diversas atividades, seja no cultivo da produção para a subsistência, seja nas atividades com máquinas agrícolas e até mesmo na área mais burocrática do assentamento. Na fala de Alex, percebemos que alguns trabalhos poderiam ser melhorados, porém, não são atividades “pesadas” pelo fato de estarem divididos nos setores “[...] alguns trabalhos a gente poderia até melhorar, mas que, não são trabalhos muito pesados, até por que, tem a divisão das tarefas de cada setor” (ALEX, entrevista realizada em 14 mar. 2018). No escritório da cooperativa, desde recepção, telefonia, contabilidade, administração e vendas, atualmente são tarefas desenvolvidas por jovens, assim como na escola do assentamento, aonde, uma das professoras concursadas é uma das jovens formadas em Pedagogia pelo MST e hoje leciona nas séries iniciais do ensino fundamental.

Buscando um espaço para poder debater seus problemas, suas angústias e anseios, assim como, ter uma maior visibilidade dentro do assentamento, os jovens se organizam e formam o grupo de jovens, “todos com as mesmas vontades, todos desenvolvendo praticamente as mesmas atividades, né?” (PEDRO, entrevista realizada 15 mar. 2018). O grupo, posteriormente se enquadraria com uma comissão, assim como as outras já citadas no primeiro capítulo. Desta forma o grupo de jovens passam a ser composto por coordenadores/as, secretários/as, da mesma maneira que as demais comissões. Sempre levando em consideração, a questão de gênero, tanto na coordenação como na divisão das tarefas do grupo, que para Castro et al, a presença do gênero feminino, rompe com uma histórica exclusão do sexo na participação das tomadas de decisões:

A constatação da importante presença de mulheres nas direções de organizações de juventude pode significar uma possível ruptura com a histórica exclusão das jovens dos espaços de participação política. Essa crescente inserção sugere uma possível mudança na forma organizativa dos movimentos (CASTRO et al, 2009, p. 77)

Na sua auto-organização, o grupo de jovens organiza seu próprio regimento, criado pelo grupo e aprovado em assembleia geral, aonde estão estabelecidas algumas medidas necessárias

para o melhor andamento do grupo. Dentro do grupo os jovens se dividem para a realização das diferentes atividades que precisam ser desenvolvidas, conforme planejamento.

Sobre a inserção dos jovens nas instâncias de coordenação e direção da cooperativa, percebemos que em alguns períodos, os mesmos, tiveram a oportunidade de estar contribuindo nesses espaços. “[...] Atualmente estou na coordenação do assentamento aqui, né?” (ALEX, entrevista realizada 14 mar. 2018). Alguns anos atrás, a cooperativa tinha como presidente, um jovem, porém o mesmo acabou, por motivos pessoais, se desvinculando do coletivo¹⁷.

Quando observamos a ativa participação dos jovens no assentamento, notoriamente percebemos que, estes estão inseridos nos processos de tomadas de decisões e desempenham um papel importante frente ao coletivo.

Porém, mesmo a juventude estando inserida nas instâncias do assentamento, observamos na fala da Família Silva, quando indagados sobre as oportunidades dos jovens assumirem tarefas no coletivo, os mesmos ressaltam que há falta de interesse, não generalizando, de ambas as partes (“mais velhos” e jovens) para assumir as atividades do coletivo,

[...] na minha avaliação tem [oportunidade], [...] mas aí tem falha dos dois lados, de nós (os “mais velhos”) que as vezes barramos eles e eles (a juventude), não todos, né? Mas muitas vezes não se desafiam. [...] existe, existe umas barreiras, existe, por exemplo, por que então não chamem os jovens ali para discutir se eles teriam ideias, como seria e tal, mas isso não é feito. Não é chamar jovem e xingar e tal. (FAMÍLIA SILVA, entrevista realizada em 19 mar. 2018).

Neste sentido, ainda podemos observar durante a fala da Família Silva a dificuldade dos jovens colocarem em prática seus conhecimentos teóricos adquiridos nos cursos, sejam eles de caráter social, político ou técnico, proporcionados pelo assentamento,

[...] por que tem uns jovens que fazem formação e na volta [para o assentamento] eles não mostram, [...] fica naquilo (na teoria). Então eu acho que o jovem que vai para uma formação, quando ele volta [para o assentamento], botar em prática, mais as “coisas” do que tão botando e também dar mais oportunidade também, porque assim, as vezes tem umas coisas (formação) que não é levada em consideração. Então tem erro dos dois lados, mas que, que a formação ela tem que ser mais praticada. (FAMÍLIA SILVA, entrevista realizada em 19 mar. 2018).

Ao observarmos de maneira geral o envolvimento com a cooperativa, podemos dizer que, apesar da falta de oportunidades e mesmo a falta de responsabilidades de alguns jovens com o coletivo, a juventude, sempre esteve, de certa forma, inserida e que existe uma

¹⁷ Informações concedidas pela COOPERUNIÃO, em 3 de fevereiro de 2018.

preocupação em contribuir nos processos organizativos e produtivos da cooperativa, alguns com mais outros com menos responsabilidade.

4.2.2 Juventude, a continuidade dessa história

Ao longo das suas três décadas de lutas e conquistas, o MST sempre buscou formar pessoas capazes de dar continuidade nessa construção histórica. Para isso, a juventude carrega parte dessa responsabilidade. Notamos que a juventude do assentamento se sente orgulhosa em fazer parte desse movimento, como podemos notar na fala de Alex, ao ser indagado a respeito de visão do movimento.

O MST é um dos principais movimentos brasileiros e internacional. Acredito que foi um dos grandes responsáveis em trazer essa proposta de uma sociedade diferente. O MST foi uma grande oportunidade na minha vida, de me mostrar várias coisas, sobre o que é a vida mesmo. O MST me formou desde minha infância. [...] Eu me considero um Sem Terra, por que a terra não nos pertence, quem pertence a ela somos nós, então devo seguir nessa luta, acredito nela e um dia nós vamos conseguir uma sociedade mais justa e humana”. (ALEX, entrevista realizada em 14 mar. 2018).

É indiscutível a importância que a juventude tem dentro dos assentamentos, pois são esses jovens os responsáveis em dar continuidade nesse projeto popular de luta pela terra. O MST que tem como tarefa nesse período, o qual foi lema de seu 6º Congresso Nacional “Lutar, Construir Reforma Agrária Popular”, que tem esse duplo entendimento de que, os assentamentos precisam ser espaços de construção de um outro país, uma outra sociedade, no sentido de fazer dos assentamentos, espaços mais ricos em cultura, rico em diversidades, em produção de alimentos, em agroecologia, espaços que vão germinando esses novos projetos.

Essa juventude precisa ter a clareza da luta pela terra. Pois a permanência da juventude no campo é fundamental para eles se somarem nessa tarefa, de construção de um mundo diferente, com outras filosofias, outras artes e que os assentamentos possam ser espaços propagadores desse despertar dos jovens. Desta forma, a juventude não pode, somente estar presente no assentamento, mas precisa estar envolvida diretamente na construção desse projeto.

Conforme aponta Castro et al, os jovens têm papel fundamental na continuidade das atividades nos movimentos sociais.

O lugar da juventude no contexto dos assentamentos rurais, identificam os jovens como agentes cruciais para a reprodução social do campo e para a continuidade dos assentamentos rurais e das identidades sociais vinculadas. De certa forma, essa juventude também parece ser crucial para a continuidade da *luta*, ou seja, para a reprodução dos movimentos sociais do campo (CASTRO et al, 2009, p. 57 – 58).

Desta forma, acredita-se que, alguns assentamentos precisam passar por mudanças, sejam elas, na sua organização política, social ou produtiva, para poder prosperar na perspectiva da construção de espaços aonde os jovens possam se sentir à vontade para desenvolverem estas mudanças.

No assentamento, a produção de alimentos saudáveis sempre foi pautada com prioridade, pois entende-se que a saúde das pessoas deve estar em primeiro lugar. E neste sentido, busca-se dar mais alguns passos, na construção de uma nova forma de produzir alimentos, partindo da produção orgânica para uma produção agroecológica, esta que há alguns anos vem sendo debatida e, mesmo que timidamente, apresentando algumas experiências, porém há muito que se avançar. “Eu acho que devemos avançar um pouco mais nessa questão da agroecologia, trazer esse jovem para um pensamento do camponês não atrasado, né? (ALEX, entrevista realizada em 14 mar. 2018). Para além da produção agroecológica, os jovens acreditam que com o avanço da agroecologia dentro do assentamento, poderiam melhorar as condições econômicas do coletivo e que poderia ser uma alternativa para manter os jovens no assentamento.

Eu sempre insisto em falar nesta questão da agroecologia, né? Acho que é uma saída, apesar que, nem todo mundo compreende, né? Acho que compreender um pouco mais ela e buscar essas alternativas, para a gente melhorar, tanto a questão econômica e não ficar dependente, trazer uma agricultura mais sustentável. Acho que isso seguraria um pouco mais a juventude, mas vamos sempre tem que encarar isso aí, né? E a juventude vai ter um papel fundamental nesse processo, são eles que vão determinar isso. (ALEX, entrevista realizada em 14 mar. 2018).

Sendo os jovens quem irão, caso permaneçam no assentamento, dar continuidade nessa história de luta, cabe a eles, serem propulsores das atividades, por eles almejada. Desta maneira, entende-se que os jovens precisam de um espaço para poder desenvolver essas atividades, um espaço para que os jovens possam exercer o trabalho, que possam ter autonomia sobre determinadas atividades. “[...] a minha visão pelo menos, é que eles (os jovens) são capazes, de assumir e tocar e de repente até melhor que nós (os “mais velhos”), só que, o que precisa é reajustar os “pinos”. (FAMÍLIA PEREIRA, entrevista realizada em 18 mar. 2018).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os acampamentos do MST, fazem parte do processo de formação política e ideológica dos militantes Sem Terra. Desta forma, as dificuldades vivenciadas, no período da “lona preta” pelas famílias que passaram por esse processo, assim como as famílias excluídas de suas comunidades oriundas do próprio município, foram significantes para união das pessoas e o fortalecimento da luta pelos seus objetivos, o que resultou na conquista da terra e na organização do assentamento. A partir dessa conquista tornou-se possível desenvolver as mais diversas formas de organizar-se nas questões políticas, sociais, econômicas e produtivas, na perspectiva de contrastar este modelo de sociedade, podendo vivenciar relações internas ao assentamento, como na sociedade em geral.

Ao tempo em que se percebe que por muitos anos os associados da Cooperativa tinham em seu horizonte, o socialismo, percebemos que no decorrer dos anos esse sonho foi se foscando, fazendo assim, com que esses associados, aonde também estão inclusos os jovens, acabassem perdendo o espírito de luta. Esse desanimo por parte dos assentados, acaba por vez, interferindo diretamente e diariamente nas relações sociais da comunidade, criando-se assim relações demagogas entre esses assentados. O que vem a contribuir na escolha dos jovens para a desvinculação do coletivo.

Neste processo, observamos que a saída dos jovens associa-se a diversos aspectos, que vão além das condições de vida oferecida pela cooperativa, estes perpassam as relações sociais do coletivo, tomando proporções de nível mundial, ao tempo que acentua-se um processo de dominação dessa classe por meio das relações capitalista dentro do próprio assentamento.

Assim, durante todo o trabalho, podemos evidenciar vários fatores que se relacionam com a saída dos jovens do assentamento, bem como a insistência dos que lá permanecem, para dar continuidade nas atividades do coletivo. Aos jovens que optam em se desvincular da cooperativa, conjugamos três fatores determinantes para que isso ocorra. Podemos determinar a renda como sendo um deles. A opção dos jovens entre sair ou ficar no campo, está intimamente relacionada ao econômico. No instante em que os jovens passam a receber diariamente oferta massivas através dos meios de comunicação, que é possível ele ter acesso aos diferentes bens de consumo, que na sua grande maioria são bens supérfluos, mas ele não terá acesso vivendo no campo, ele buscará alternativas que possibilitem o acesso.

Outro fator relevante para a saída dos jovens, está associado as contradições geracionais. Os jovens ao perceberem que não conseguem ter espaços aonde possam estar se inserindo no coletivo, de forma à poder tomar determinadas decisões, acabam entrando em conflito com as

pessoas “mais velhas”, desta forma, os desestimulando nas atividades do cotidiano, o que por vez acabam abandonando a luta.

Os estudos, apesar de ser tratado como prioridade pelo coletivo, no decorrer dos anos, muitas vezes acabou prejudicando o quadro social da cooperativa, fazendo com que muitos jovens tivessem que se retirar da cooperativa para poder seguir estudando. Desta forma, o que por vez deveria ser uma das soluções para o desenvolvimento e evolução da cooperativa, se torna um dos problemas da desvinculação dos jovens do coletivo. Durante todo o percurso de desenvolvimento do trabalho, percebemos que esse acaba se tornando um dos fatores que “bate” forte na juventude. Sendo assim, a educação no e do campo é essencial para que os jovens possam permanecer e também aos que já saíram, poderem voltar a morar no campo. Uma educação que proporcione aos jovens a construção de uma concepção ideológica diferenciada de sociedade, aonde possam ser eles, os protagonistas de uma transformação social na construção de um mundo melhor.

Assim como os jovens que saem, há os que ali permanecem, os que insistem em dar continuidade e buscam construir um espaço aonde eles possam se inserir e contribuir no desenvolvimento do coletivo.

Para isso é necessário que as pessoas possam entender algumas concepções relacionadas ao modelo de desenvolvimento no campo proposto pelo sistema capitalista, o qual está baseado em um processo de desigualdade e exclusão social, bem como uma desconstrução das relações do campo, fazendo com que as pessoas passem a ver o campo como sendo um espaço de atraso, um lugar feio de se viver, sem acesso a nada. Isso tudo para poder oferecer ao mercado de trabalho mão de obra barata, assim podendo aumentar suas áreas de cultivos, onde diariamente “tomam” mais terras para sua exploração.

De modo geral, precisa-se desconstruir uma visão “enfriada” na cabeça das pessoas, de que o campo é o atraso para o progresso. O campo necessita ser valorizado e com isso buscar alternativas tecnológicas e produtivas, que deverá servir de afronta ao modelo capitalista, sendo assim, a agroecologia é uma ferramenta importantíssima para essa reconstrução na busca de unir o ser humano à natureza e por vez dar autonomia emancipatória para os camponeses.

Sendo assim, com essa pesquisa é possível considerar que os jovens das áreas de assentamento, mais especificamente dos jovens do assentamento Conquista na Fronteira, como sendo eles os principais sujeitos a dar continuidade na experiência de cooperativismo, organização política/social e trabalho coletivo, que neste ano completam sua terceira década de

luta e resistência. Contudo observamos que para isso, precisam ser encontrados métodos de associar, de forma direta, os jovens nos processos produtivos e organizativos do assentamento.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Estatuto da Criança e Adolescente – ECA.** (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990).
- CAMINI, Isabela et al. **Construindo o Caminho numa Escola de Assentamento do MST.** p. 53. ITERRA. Veranópolis-RS, dezembro, 2000.
- CALDART, Roseli Salete et al (Org.). **Dicionário da educação do campo.** Rio de Janeiro/São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 439 - 446
- CARTER, Miguel. **Com batendo a desigualdade social: o MST e a Reforma Agrária no Brasil.** São Paulo. UNESP, 2010.
- CASTRO, Elisa Guaraná de, et al. **Os jovens estão indo embora? Juventude rural e a construção de um ator político.** Rio de Janeiro, MAUAD X, 2009.
- COOPERUNIÃO. **Regimento Interno da Cooperativa de Produção Agropecuária União do Oeste.** Assentamento Conquista na Fronteira, Dionísio Cerqueira/SC, 01 de setembro de 2016.
- DALMAGRO, Sandra Luciana. **Trabalho, Coletividade, Conflitos e Sonhos: a Formação Humana no Assentamento Conquista na Fronteira.** 2002. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST (1979 – 1999).** 1999. 318 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo. 1999.
- FIORENTIN, Marcos. **MST e o desenvolvimento local: uma experiência do Assentamento “Conquista na Fronteira” /SC.** 2014. 159 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
- GRUPO DE JOVENS SIDNEI SCHER. **Regimento Interno do Grupo de Jovens Sidnei Scher.** Assentamento Conquista na Fronteira, Dionísio Cerqueira/SC, 28 de setembro de 2012.

GUARESCHI, Pedrinho. **A Sociologia crítica: alternativas de mudança**. 61. ed. Porto Alegre. Mundo Jovem, 2005.

JANATA, Natacha Engênea. **“Juventude que ousa lutar!”: trabalho, educação e militância de jovens assentados do MST**. 2012. 278 f. Tese (Doutora em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2012.

LUZ, Madel Therezinha. **A arte de curar versus A ciência das doenças: história social da homeopatia no Brasil**. 2ª ed. Porto Alegre. Rede UNIDA, 2014.

MARTINS, Valdir. **O processo produtivo em assentamentos rurais: o caso de sete assentamentos do extremo oeste de Santa Catarina que utilizam a marca terra viva**. 2006. 131 p. Monografia (Bacharel em Administração: Administração Rural e Agroindustrial) – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Ronda Alta – RS.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MST. **Normas Gerais do MST**. São Paulo, 1989.

_____. **A história da luta pela terra**. 2014. Disponível em <<http://www.mst.org.br/nossa-historia/>>. Acesso em 08 de abril de 2018.

_____. **II Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária II ENERA**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

NERA. **Publicações**. Disponível em:

http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/AgronegocioeReformaAgraria_Bernardo.pdf>.

Acesso em 15 de maio de 2018.

NOGUEIRA, Renata Fernandes. **A organização sócio-espacial do assentamento Olga Benário**. Viçosa-MG: [s.n.], 2007.

ROSSETTO, Edna Rodrigues Araujo. **A organização do trabalho pedagógico nas cirandas infantis do MST: lutar e brincar faz parte da escola de vida dos Sem Terra**. 2016. 270 f. (Doutora em Educação) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas 2016.

RUA, Maria das Graças; ABRAMOVAY, Mirian. **Companheiras de luta ou “coordenadoras de painéis”?** As relações de gênero nos assentamentos rurais. Brasília/DF: Unesco, 2000.

SILVA, Ana Paula Soares da, FELIPE, RAMOS. Infância do campo. In: CALDART, Roseli Salete et al (Org.). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro/São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 419.

STEDILI, João Pedro. (Org.). **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional – 1500 – 1960**. São Paulo. Expressão Popular. 2ª edição 2011.

TODAMATÉRIA. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Disponível em: <<https://www.todamateria.com.br/movimento-dos-trabalhadores-sem-terra-mst/>>. Acesso em 08 de abril de 2018.

WIKIPÉDIA. Mapa do município de Dionísio Cerqueira. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Dion%C3%ADsio_Cerqueira>. Acesso em 18 de maio de 2018.

APÊNDICES

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO ELABORADO PARA APRESENTAÇÃO JUNTO AOS JOVENS RESIDENTES NO ASSENTAMENTO

- a) Apresentação do/a jovem (nome, idade, escolaridade, ocupação, há quanto tempo mora no assentamento)
- b) Breve histórico de vida do/a jovem e sua família. Como seus pais ingressaram no MST? E você como entrou no MST?
- c) Como é sua vida no cotidiano do assentamento em relação a militância?
- d) Como se dá o processo de formação política ideológica dentro do assentamento?
- e) Quais atividades desenvolve cotidianamente dentro do assentamento? Gosta de realizá-las?
- f) Quanto aos estudos, os jovens têm oportunidade de seguirem estudando após concluírem o ensino médio?
- g) Os jovens participam das instancias de discussão dentro do Assentamento? Tem algum espaço específico para os jovens participarem? Se sim. Como funciona este espaço?
- h) Há um debate sobre a saída dos jovens do assentamento?
- i) A sociedade externa ao assentamento influencia na saída do assentamento?
- j) Os jovens têm incentivo para participar das instancias do assentamento e no MST? Quais?
- k) O que poderia melhorar para que os jovens permanecessem no assentamento?
- l) Trabalho, renda e moradia seriam suficientes para que os jovens possam permanecer no Assentamento?
- m) Os jovens têm interesse de lutar pela terra? Se sim. O que deveria ter no assentamento futuro para ele viver lá?
- n) O assentamento e o MST influenciaram na pessoa que você é hoje?
- o) Qual sua visão sobre o MST? Você se considera Sem Terra?
- p) Por algum motivo pretende sair do assentamento?

APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO ELABORADO PARA APRESENTAÇÃO JUNTO AS FAMÍLIAS QUE ESTÃO NO ASSENTAMENTO DESDE O INÍCIO, MAS OS FILHOS NÃO MORAM NO MESMO

- a) Apresentação da família (nome, idade, escolaridade, ocupação, há quanto tempo mora no assentamento)

- b) Breve histórico de vida, como ingressou no MST?
- c) Como foi o período de acampamento?
- d) Quais eram seus sonhos quando ingressou no MST? E quando jovem?
- e) Como se dá o processo de formação política ideológica dentro do assentamento?
- f) Houve mudanças nos sonhos dos jovens do início do assentamento para os dias atuais?
- g) Os jovens têm oportunidades dentro do assentamento? Quais?
- h) Qual sua visão sobre os jovens?
- i) Para você, o que leva o jovem a desvincular-se do assentamento e do MST? E o que o leva a permanecer?
- j) Quais as mudanças necessárias no assentamento para a permanência do jovem no mesmo?

APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO ELABORADO PARA APRESENTAÇÃO JUNTO AO DIRIGENTE QUE CRESCERAM NO ASSENTAMENTO E MOROU ALGUNS ANOS FORA

- a) Apresentação do dirigente (nome, idade, escolaridade, ocupação, há quanto tempo mora no assentamento)
- b) Breve histórico de vida, como ingressou no MST?
- c) Qual é o grau de envolvimento dos jovens nas atividades do assentamento? Em cargos de responsabilidade?
- d) Quais os motivos que levam o jovem a retirar-se do assentamento? E os motivos que o leva a permanecer?
- e) A constante migração da juventude para o meio urbano interfere na vida do assentamento?
- f) Existe uma preocupação relacionada com a saída constante de jovens do assentamento? Quais?
- g) Existe uma preocupação para formação política ideológica dos jovens na perspectiva de novas lideranças?
- h) O que poderia ser mudado para que o jovem permanecesse no assentamento?

APÊNDICE D - QUESTIONÁRIO ELABORADO PARA APRESENTAÇÃO JUNTO AOS JOVENS QUE SE DESVINCULARAM DO ASSENTAMENTO

- a) Apresentação (nome, idade, escolaridade, onde mora, ocupação)
- b) Breve histórico de vida do/a jovem e sua família. Como seus pais ingressaram no MST? E você como entrou no MST?

- c) No período em que morou no Assentamento, quais as atividades que desenvolvia? Gostava de realiza-las?
- d) No período em que você residia no Assentamento, havia espaços específicos para os jovens se reunir e discutir os problemas e anseios da juventude?
- e) O que mais gostava de fazer quando morava no Assentamento?
- f) O que levou você a se desvincular do Assentamento? E qual foi a maior influência para que isso acontecesse?
- g) Você ainda tem algum vínculo com o MST? Se sim, qual? Se não, Por que?
- h) O que você pensa a respeito do MST e da luta pela reforma agrária?
- i) Você teria vontade de lutar pela terra? Se sim, como o Assentamento deveria ser para você poder viver lá?
- j) No período em que você residia no Assentamento, quais eram as principais dificuldades encontradas para sua permanência?
- k) É possível o Assentamento recuperar os jovens que um dia já moraram lá? Se sim, como? Se não, Por que?

APÊNDICE E - QUESTIONÁRIO ELABORADO PARA APRESENTAÇÃO JUNTO AO JOVEM DIRIGENTE DA JUVENTUDE DO MST DE SANTA CATARINA.

- i) Apresentação (nome, idade, escolaridade, onde mora, ocupação)
- j) Qual a importância da permanência da juventude nos Assentamentos?
- k) Quais as causas que levam os jovens a deixarem os Assentamentos?
- l) O que seria necessário ser feito para que os jovens pudessem permanecer nos Assentamentos?
- m) As/os dirigentes da juventude, no estado e a nível nacional estão desenvolvendo atividades e dando espaços para os jovens permanecerem nos Assentamentos?
- n) Quais as políticas do MST desenvolvidas para com a juventude permanecer no Assentamento e dar continuidade na luta pela terra?
- o) Além do trabalho, moradia e renda, há algo a mais que os jovens necessitam para permanecer no Assentamento?